

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

JORDAN RAMIRIS DOS ANJOS SILVA

**FICA VIVO! POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO: O CASO DO MUNICÍPIO
NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte

2022

Jordan Ramiris dos Anjos Silva

**FICA VIVO! POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO: O CASO DO MUNICÍPIO
NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz

Belo Horizonte

2022

S586f Silva, Jordan Ramires dos Anjos.
Fica vivo! Políticas públicas de prevenção [manuscrito] : o caso do município na Região Metropolitana de Belo Horizonte / Jordan Ramires dos Anjos Silva. – 2022.

[12], 58 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2022.

Orientador: Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz

Bibliografia: f. 62-66

1. Programa Fica Vivo – Segurança Pública – Minas Gerais.
2. Prevenção criminal – Jovens – Minas Gerais. I. Cruz, Marcus Vinícius Gonçalves da. II. Título.

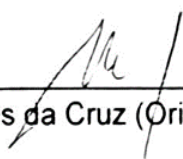
CDU 351.78 (815.1)

Jordan Ramiris dos Anjos Silva

**FICA VIVO! POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO: O CASO DO MUNICÍPIO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.


Aprovado na Banca Examinadora



Prof. Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz (Orientador) – Fundação João Pinheiro



Prof. Eduardo Cerqueira Batitucci (Avaliador) – Fundação João Pinheiro



Prof. Frederico Martins de Paula Neto (Avaliador) – Fundação João Pinheiro

À Deus, minha mãe e irmã,

Miray Mércia e Naiane Martinelle,

Sem vocês eu não teria capacidade de desenvolver esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade.

A todos que colaboram de forma direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

À toda a minha família.

Ao meu professor orientador Marcus Vinicius, por ter a paciência necessária e sempre me direcionar pelos melhores caminhos.

Aos entrevistados que conversaram e contribuíram com suas experiências de vida.

Ao meu filho Enzo que, mesmo pequenininho, sempre foi motivação para finalizar essa jornada.

“A nação que investe em sua gente
nunca tem desperdício ou prejuízo.
Observo atento e analiso:
só se muda agindo diferente.
O poder de um povo está na mente,
é a chave que abre essa prisão,
é a luz que aponta a direção
pra seguir por qualquer estrada escura.
Um país desnutrido de leitura
só se salva comendo educação.”

(Bráulio Bessa)

RESUMO

Este trabalho buscou analisar as experiências de indivíduos em relação ao “Programa Fica Vivo!”, que é um Programa da Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, em um município da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Descreve-se as políticas de prevenção à criminalidade, perpassando pelas possíveis mudanças de paradigmas da Segurança Pública. Logo depois, apresentam-se alguns conceitos relacionados com as concepções do que é ser jovem e a faixa etária mais vulnerável à criminalidade. O trabalho utiliza de metodologia qualitativa, com instrumentos de coleta de dados baseados em levantamento documental e entrevistas com indivíduos que passaram pelo “Programa Fica Vivo!” em território escolhido no âmbito de um município da região metropolitana de Belo Horizonte. Os resultados são contextualizados a partir de dados sobre a criminalidade da região pesquisada, taxas de homicídios, perfil socioeconômico do município analisado e dos programas que atuam naquele território. Por fim, são feitas algumas considerações a respeito das percepções dos egressos do Programa Fica Vivo! sob ótica dos jovens entrevistados. Os jovens indicam que a desigualdade, falta de oportunidade de sustento econômico da juventude, o contexto local relacionado à criminalidade, uso e tráfico de drogas, bem como a importância do programa de prevenção à criminalidade, como fatores que devem ser levados em conta no delineamento daquela política pública.

Palavras-chave: Segurança Pública. Prevenção à Criminalidade. Fica Vivo!. Homicídios.

ABSTRACT

This paper aimed to analyze the experiences of individuals in relation to the "Fica Vivo! Program," which is a part of the Crime Prevention Policy of the State of Minas Gerais, in a city in the Metropolitan Region of Belo Horizonte. Crime prevention policies are described, going through possible changes in Public Security paradigms. Soon after, some concepts related to the conceptions of what it is to be young and the age group most vulnerable to crime are presented. The study uses a qualitative methodology, with data collection instruments based on a documental survey and interviews with individuals who went through the "Fica Vivo! The results are contextualized with data on crime in the region studied, homicide rates, socioeconomic profile of the municipality analyzed and the programs that operate in that territory. Finally, some considerations are made regarding the perceptions of the egresses of the Fica Vivo! program from the point of view of the young people interviewed. Young people indicate inequality, lack of opportunity for economic sustenance of youth, the local context related to criminality, drug use and trafficking, as well as the importance of the crime prevention program, as factors that must be taken into account in the design of that public policy.

Keywords: Public Security. Crime Prevention. Fica Vivo! Program. Homicide Reduction.

LISTA DE ABREVIATURAS

CF/88- Constituição Da República Federativa Do Brasil

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRISP – Centro de Estudos Criminais e Segurança Pública

CEP – Código de Endereçamento Postal

CEAPA – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GEPAR – Grupo especial de Policiamento de Risco

GIE – Grupo de Intervenção Estratégia

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei orgânica de Assistência Social

MP – Ministério Público

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse público

OEP – Organização Estadual Parceiro

OS – Organização Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAIF – Proteção e Atenção Integral à Família

PMC – Programa Mediação de Conflitos

PMMG – Polícia Milita de Minas Gerais

PCMG – Polícia Civil de Minas Gerais

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SEJUSP – Secretaria De Estado e Segurança Pública

SUPEC – Subsecretaria de prevenção à criminalidade.

UBS – Unidade Básica de Saúde

UP – Unidades de Planejamento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UPC – Unidade de Prevenção à Criminalidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PARADIGMAS DA SEGURANÇA	16
2.1 Paradigma da Segurança nacional.....	16
2.2 Paradigma da Segurança Pública.....	18
2.3 Paradigma da Segurança Cidadã.....	19
4 PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE	21
4.1 Análise do conceito.....	21
4.2 Formas de prevenção.....	21
4 VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITA DE BELO HORIZONTE	24
5 METODOLOGIA	29
6 PROGRAMAS DE PREVENÇÃO NA CIDADE ANALISADA	33
6.1 O programa Fica Vivo!.....	33
6.1.2 Marco lógico.....	34
6.1.3 Público Alvo.....	35
6.1.4 Eixo de intervenção estratégica.....	36
6.1.5 Eixo de Proteção Social.....	38
6.1.6 Análise da Dinâmica Social da Criminalidade.....	39
6.1.7 Oficinas de Cultura, Esportes e Arte.....	40
6.1.8 Multiplicadores – oficinairos.....	42
6.1.9 Atendimentos individuais.....	43
6.1.10 Fóruns Comunitários.....	43
6.2 Programa Mediação de Conflitos.....	44
6.2.1 Organização Comunitária.....	45
7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
7.1 Territorialidade de Disputas.....	48
7.2 Vulnerabilidade Social.....	49
7.3 O Fica Vico! Como forma de Prevenção.....	52
7.4 Profissão e a Relação com o Fica Vivo!.....	54
7.5 Fica Vivo! e a Relação com as Drogas.....	55

7.6 Os Esportes e o Programa Fica Vivo.....	56
7.7 A Comunidade Estudada em Relação ao Racismo.....	58
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
9 REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE A.....	67
APÊNDICE B.....	68

1 INTRODUÇÃO

Diante das mídias brasileiras e do cenário atual, percebe-se que a criminalidade entre os jovens são problemas sociais que precisam de atenção por parte do poder público tendo em vista a sua relevância social. Segundo Nelson Lourenço e Manuel Lisboa (1996):

O estudo da violência confunde-se com o estudo da organização social, isto é, com a capacidade dos agrupamentos humanos em definirem valores, normas e regras que estruturam a vida social. A análise da violência e do crime referem-se a um campo social regido por valores e regras coletivas, cuja transgressão, considerada como podendo pôr em causa o equilíbrio precário da estrutura social. [...] (1996)

A partir desse conceito, percebe-se a relevância deste tema diante das agendas de políticas públicas. Índices altos de criminalidade podem afetar diversas áreas das organizações sociais e causar uma sensação de insegurança e uma menor sensação de bem-estar para a população podendo causar possíveis desequilíbrios sociais.

A violência é uma das principais causas de mortes entre a juventude, considerando jovens aqueles entre 15 e 29 anos de acordo com o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), os quais apresentam maiores riscos de serem vítimas de violência ou agentes ativos no cometimento de crimes. Como um problema social, é importante perceber que esses crimes afetam outras áreas de gestão do estado, como as áreas da cultura, economia, saúde, educação, segurança pública.

No município analisado na região metropolitana de Belo Horizonte, é possível perceber avanços nas agendas governamentais estaduais com a finalidade de criação de programas de prevenção que possam possibilitar um maior controle da criminalidade e da violência, considerando essas políticas de prevenção como uma ferramenta para amenizar as taxas de violências presentes nesse município.

O presente trabalho descreve os dados disponíveis dos crimes praticados na cidade por jovens na faixa etária de 15 a 29 anos e as políticas públicas adotadas para amenizar os efeitos negativos desse cenário. Com isso, apresenta-se os delitos mais cometidos e em quais regiões aparecem com mais incidência, indicando os pontos ambientais e sociais percebidos a partir de alguns dos estudos das políticas públicas que estão presentes em Minas Gerais.

Outro ponto importante a ser destacado, é o fato das possíveis causas do ingresso desses jovens na criminalidade, percebendo as condições em que estão inseridos, os territórios com maior incidência e os aspectos tratados nas políticas de prevenção nesse município. Diante

disso, buscou-se registrar algumas das percepções dos jovens que passaram pelo programa de prevenção Fica Vivo! na cidade analisada.

Os programas de prevenção à criminalidade na cidade pesquisada são:

- FICA VIVO – Esse programa apresenta como finalidade a redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores das regiões que apresentam altos índices de criminalidade. O programa Fica vivo, visa a favorecer ações de proteção social, articulando as atividades presentes no programa à prevenção a crimes mais violentos.
- PROGRAMA SE LIGA – O intuito desse programa é atender jovens egressos de Medidas Socioeducativas de Internação ou Semiliberdade, os quais já tiveram contato com a criminalidade e já passaram por acompanhamentos pelo Estado. Esse programa possibilita aos jovens políticas públicas que sejam capazes de estimular o acesso dos jovens a cidadania e a garantia de seus direitos, estabelecendo de maneira harmoniosa o seu o seu reencontro com a sociedade.
- PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS – Com o objetivo de mobilização comunitária, esse programa tem como principais pontos o fortalecimento do diálogo entre as pessoas de determinadas áreas que, possivelmente, podem estar passando por conflitos sociais naquele território. Além da mediação de conflitos para que eles não resultem violências, o programa buscar esclarecer os possíveis direitos que as pessoas podem ter e as possíveis punições que sofrerão em determinadas situações.
- PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIAS – CEAPA – Tem como objetivo contribuir para o fortalecimento e consolidação das alternativas à prisão, com responsabilização e liberdade. Nesse programa, pode-se verificar profissionais com formação em direito, psicologia, Serviço Social, os quais trabalham de forma interdisciplinar para evitar o crescimento da população carcerária.

Dessa forma, buscou-se observar as políticas públicas de prevenção atuantes no município analisado levando em consideração os efeitos refletidos na criminalidade na faixa etária estudada. Assim, a pesquisa busca alguns objetivos específicos tais estudos:

- I. Contextualizar de forma breve as condições ambientais em que os jovens estão inseridos;
- II. Expor algumas das medidas de prevenção adotadas pelo município estudado e apresentar a metodologia empregada e seus objetivos.

III. Apresentar algumas teorias que podem trazer informações importantes na construção inicial da criminalidade, compreensão do envolvimento dos jovens com a violência.

IV. Levantar informações das percepções dos jovens que já passaram pelos programas de prevenção aqui estudados e possíveis reincidências dos mesmos.

2 PARADIGMAS DA SEGURANÇA

Segundo KUHN (2003, p. 218 *apud* FREIRE, 2009, p.101), o conceito de paradigma pode ser entendido como a percepção de mundos compartilhados, que podem influenciar a forma de pensar de determinado grupo social em determinada época. Diante disso, identificar os diferentes paradigmas que estão envolvidos na formulação de políticas públicas de segurança em diversos territórios do estado, em diferentes períodos e localidades, é essencial para que os formuladores de políticas públicas conheçam melhor os objetivos de determinada política pública e os resultados que podem ser apresentados a sociedade.

Desse modo, é importante perceber que as políticas de segurança pública vêm sofrendo modificações ao longo das décadas, em relação aos seus objetivos, estratégias e em relação as localidades. O aumento da sensação de insegurança e os elevados índices de criminalidade têm contribuído, consideravelmente, para o debate a respeito da efetividade das ações e prevenções no controle da violência por parte do poder público. Assim, é importante perceber a evolução histórica dos paradigmas que influenciaram as políticas públicas no país, considerando as múltiplas possibilidades de especialização e diferenciação das instituições e suas formas de atuação, levando em consideração os locais e os períodos, os quais são a base para a formulação da política pública de segurança.

2.1 Paradigmas da Segurança Nacional

Ao longo dos anos, o entendimento a respeito da segurança vem passando por alguns cenários flexíveis desde a Segunda Guerra Mundial e início da Guerra fria, nesse período, houve uma ascensão de governos autoritários em vários países da América Latina (SOUZA, 2016 p. 23 *apud* GUEDES, 2017, p. 15). No Brasil, temos na história do estado um passado marcado por grandes conflitos no período da ditadura militar (1964 -1985) o qual teve como uma das prioridades de governo a defesa do Estado, a ordem política e social que se deu pelo uso das forças armadas para se chegar ao poder. Com tudo, percebe-se que nesse período houve supressão de direitos constitucionais, censura, perseguições políticas, pessoas desaparecidas, torturadas, sequestradas e quaisquer manifestações que fossem contrárias ao regime militar sofriam represálias (SOUZA, 2016. p. 26).

De forma sucinta, podemos perceber nesse período uma consolidação da lógica militarizada, na qual tudo e todos que se mostrassem contrário aos ditames do Estado era considerado uma ameaça. Percebe-se ainda, resquícios dessa lógica autoritária e militarizada

até os dias atuais nas instituições policiais, que não conseguiram romper, por completo, as estruturas construídas nesse período (GUEDES, 2017. p. 16).

Nesse sentido, as ameaças aos direitos dos cidadãos já eram assuntos que vinham ensejando grandes proposições políticas para a prevenção de crimes, já que essa proteção dos direitos principais passou a ser dever do Estado com a CF/88 e, logo no Preâmbulo, apresenta o seguinte:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.”

Nesse contexto, percebendo a importância dessa proteção para a sociedade, segundo Barcellos, (2003, p. 368 *apud* SOUZA, 2016, p. 28)

“A constitucionalização traz importantes consequências para a legitimação da atuação estatal na formulação e na execução de políticas de segurança. Como a CF é a lei máxima na infraconstitucional deve estar alinhado e submetido, pressupõe-se que as leis que regulamentam as políticas de segurança, nos três planos federativos de governo, devem estar em conformidade com seus, diretrizes e princípios democráticos, assim como as respectivas estruturas administrativas e as próprias ações concretas das autoridades policiais. Ou seja, o fundamento último de uma diligência investigatória ou de uma ação de policiamento ostensivo deveria estar balizado pelo que dispõe a Constituição, não apenas no tocante ao art. 144, que concerne especificamente à segurança pública, mas também no que se refere ao todo do sistema constitucional “.

Com isso, a segurança pública ganha *status* de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e seus patrimônios. Assim, no campo teórico a mudança de paradigma está alicerçada em dois conceitos, um era a época em que o Estado reprimia e impunha as suas políticas aos cidadãos, e outra em que o Estado passa a proteger as pessoas. O núcleo do artigo 144 tem ideologias que perpassam pela segurança Humana, considerando vertentes democráticas, segurança cidadã, instituições públicas, a sociedade civil na implementação dos programas governamentais (FREIRE, 2009 *apud* SANTOS, 2019, p. 14).

É importante perceber que as leis na época da ditadura militar eram aplicadas pelos policiais militares formados com base nas doutrinas institucionais do exército brasileiro e são

designados pela Constituição Federal como Forças Auxiliares das Forças Armadas (SANTOS, 2019. p. 14).

Com isso, esse tema da prevenção à criminalidade tem despertado grandes interesses no cenário político-social brasileiro e, considerando a atualidade, percebe-se que os eventos criminosos apresentam índices elevados fazendo com que a sociedade, de forma geral, tenha medo em sair de casa e isso gera grande prejuízo no seu bem-estar social e, conseqüentemente, um problema a ser resolvido pelos atores governamentais.

2.2 Paradigma da Segurança Pública

A Constituição cidadã, como ficou sendo conhecida a nova Constituição de 1988, trouxe em seu artigo 144, que a segurança pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio das forças policiais por meio dos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária federal; Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis; Policiais Militares e Corpo de Bombeiros Militares.

Com isso, no artigo 142, estabelece-se o papel das forças armadas, destacando a sua responsabilidade pela manutenção da segurança nacional, soberania nacional, defesa da pátria e garantia dos deveres constitucionais. É importante perceber que há uma mudança de paradigma em relação ao paradigma anterior, no qual as Forças Armadas tinham primazia na preservação da ordem, leva-se em consideração diferenciar os papéis institucionais das polícias e do exército. Essa separação de prerrogativas torna-se bastante relevante, já que se considera Segurança Pública as intervenções voltadas no âmbito interno do país e a Segurança Nacional voltada para as ameaças externas à soberania nacional e defesa do território (FREITAS, 2009, p. 104)

Diante disso, importante ressaltar que a Constituição de 1988 aprofundou em relação aos princípios de descentralização administrativa, conferindo aos estados novos papéis. A responsabilidade da segurança, a partir de então, passa a ser prioritariamente dos estados.

Nesse contexto, os municípios e estados passaram a ter mais responsabilidades a exercer. Contudo, em relação às garantias constitucionais de segurança pública, a autonomia dessa temática ficou apenas sob responsabilidade do estado. Diante disso, os estados ficaram responsáveis por gerenciar as polícias militares e civis, porém, essa responsabilidade vinculou

a segurança pública às instituições policiais, desestimulando a criação de novas formas de prevenção. Essa vinculação não foi capaz de desvencilhar-se da lógica punitiva e autoritária presente nas instituições policiais. (GUEDES, 2017 p.17)

(...) O paradigma da segurança Pública, na prática, vivencia uma tendência de endurecimento dos mecanismos de controle penal, marcado por concepções autoritárias, punitivistas, discriminatórias e seletivas, tornando a segurança um poderoso instrumento de segregação socioespacial de imensas camadas sociais, de forma a aumentar o poder punitivo do Estado (SOUZA, 2016, p. 42 *apud* GUEDES, 2017. p.17)

Nesse contexto, percebeu-se a necessidade de considerar os aspectos sociais de cada região e promover projetos e programas voltados para outras atividades, não apenas na lógica punitiva das forças policiais.

2.3 Paradigma da Segurança Cidadã

A Segurança Humana pode ser percebida pelos fortalecimentos que ela apresenta para fortalecer as instituições democráticas e de Estado de direito, garantindo aos cidadãos as condições necessárias ao seu desenvolvimento pessoal e Social. Assim, a segurança pública é entendida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como objetivos relacionados com o direito à vida e a dignidade, segurança econômica, alimentar, sanitária, pessoal, comunitária e política (VELASQUEZ, 2007. *apud* SANTOS, 2019. p. 15 a).

No Brasil, pode-se perceber que a segurança cidadã surge para distinguir os modelos de atuação do estado frente às questões de segurança nos governos democráticos em relação aos regimes autoritários (MIRANDA, 2015 p. 21). Uma agenda cidadã, pode ser pautada pela construção de algumas formas alternativas de minimização da violência e da criminalidade, esse cenário seria o mais compatível com um Estado Democrático de Direito, além das afirmações de valores sustentados pelos republicanos (SOUZA, L. p. 116 *apud* MIRANDA, 2009 p. 21).

O conceito de Segurança Cidadã parte de prerrogativas que envolvem diversas causas da violência, defendendo a atuação no controle e prevenção de possíveis crimes. Assim, essas duas atuações são exercidas no âmbito local a partir de políticas públicas governamentais, envolvendo múltiplas dimensões, causas e heterogeneidade, além de uma diversidade de manifestações no que se refere à violência (FREIRE, 2009, p. 106).

Nesse contexto, segundo Moema Dutra Freire:

“Uma intervenção baseada no conceito de Segurança Cidadã precisa, necessariamente, envolver as várias instituições públicas e a sociedade civil, na implementação de ações planejadas e a partir dos problemas identificados como prioritários para a diminuição dos índices de violência e delinquência em um território, englobando iniciativas em diversas áreas, tais como educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, entre outras” (FREIRE, 2009, p. 106):

Desse modo, uma Segurança Cidadã deve envolver muitas instituições públicas, a sociedade civil na implementação de ações planejadas, levando em consideração os problemas prioritários para cada localidade e, é importante perceber que cada localidade apresenta uma demanda diferente.

3 PREVENÇÃO Á CRIMINALIDADE

3.1 Análise do conceito

Tem-se uma concepção de que as estratégias de intervenção à criminalidade surgiram no contexto das sociedades industriais desenvolvidas, de forma a desenvolver estratégias formais de efetividade nos processos de aprisionamento e reinserção dos aprisionados (BENNETT, 1998 *apud* SALES, 2019). Contudo, é difícil perceber registros históricos que comprovem o tema acima, apenas hipóteses possíveis de implementação de medidas preventivas em locais específicos (GILLING, 1997; BENNETT, 1998; TILLEY, 2005 *Apud* SALES, 2019).

No que se refere à prevenção enquanto políticas públicas na área da saúde, esse conceito tornou-se mais difundido de forma mais sistemática a partir da década de 1950. Esse conceito relaciona a prevenção como uma forma de evitar ou impedir o desenvolvimento de doenças ou agravos à saúde, a partir de intervenções antecipadas ao possível problema de saúde. Nesse conceito, um elemento fundamental é a possibilidade de identificar os fatores de risco e coordenar uma antecipação das ações capazes de impedir ou frear os efeitos negativos de um problema de saúde (SILVEIRA, 2007 *apud* GUEDES, 2017, p. 24).

Não se sabe, de forma específica, como que a ideia de prevenção se estendeu do campo da saúde para o campo da segurança pública, assim como a possibilidade de cada setor desenvolver suas estratégias de prevenção simultaneamente (SALES, 2019). O que se tem certeza é que a concepção de prevenção no campo da saúde exerce forte influência sobre o pensamento preventivo na segurança pública, sendo mais provável que as duas áreas tenham se desenvolvido, a partir de um problema comum. A criminalidade, em muitos casos, ocasiona intervenções posteriores pela área da saúde e, projetos governamentais foram incorporados pelo poder público para sanar esses problemas (SILVEIRA, 2007; 2008 *apud* SALES, 2019.).

3.2 Formas de prevenção

Muitos autores consideram o sistema de prevenção do delito como um instituto de suma importância no âmbito da segurança pública, o processo de prevenir o crime antes que ele aconteça pode gerar pontos positivos para a sociedade e é uma preocupação atual por parte do Estado.

Marlene Inês Spaniol, assevera que os temas tratados pelas prevenções deixam de ser compreendidos apenas por órgãos policiais, devem ser entendidos como ordem pública que

deve ser imposta pelos aparatos repressivos do Estado, além de utilizar características diversas das ações transversais dos atores envolvidos (SPANIOL, 2017).

No que se refere a prevenção primária, cabe ao estado intervir nas configurações do espaço urbano com o intuito de atenuar os riscos e as oportunidades de cometimentos de atos delituosos. Neste caso, o foco da ação está em eliminar situações ambientais ou outros fatores que possam favorecer ações criminosas. Nesse sentido, os programas de prevenção primária atuam no surgimento dos atos delituosos, com esforços de neutralizar os problemas referentes às possíveis ações criminosas. Essas políticas atuam para afastar ou atenuar as más condições socioeconômicas apresentadas nas regiões em que há uma maior incidência de ocorrências de crimes. Uma das possíveis atuações de sistema preventivo primário é a defesa de programas nas comunidades de combate à fome, à miséria, ao desemprego, moradias, redução da violência, palestra e suporte a famílias carentes (MESQUITA *et al*, 2004; SILVEIRA, 2007; 2008; ROLIM, 2006 *apud* SALES, 2019).

Em se tratando de prevenção secundária, são voltadas para grupos de riscos que são considerados mais suscetíveis à prática ou a sofrer crimes, aqui podemos considerar as ações policiais, programa de apoio e políticas penais. Pode-se considerar um marco na prevenção secundária é os esforços para que os indivíduos tenham respeito pelas normas e se sintam dissuadidos a praticá-las, ou caso infrinjam alguma norma, serão punidos pela lei e terão suas punições de acordo com a gravidade dos atos cometidos.

Na prevenção terciária, observa-se que os destinatários são aqueles que já praticaram crimes, porém serão punidos com as normas previstas em lei com o intuito de evitar a reincidência. Nesse caso, essa prevenção se dá no âmbito das penitenciárias, programas de reabilitação e ressocialização, dando suporte às famílias e buscando a reinserção do preso à sociedade.

Outra distinção bastante conhecida segundo TONRY e FARRINGTON (1995 *apud* GUEDES, 2019) é a distinção de prevenção situacional, comunitária e desenvolvimental. A primeira tem como objeto as condições ambientais em que as ações criminosas são realizadas, a segunda já foca em aspectos comunitários e que ocorrem na vizinhança de controle informal e, por último, a prevenção desenvolvimental, que tem como intuito o processo de produção da criminalidade do indivíduo.

Outra forma de conceituar prevenção à criminalidade é dividida em dois tipos. A primeira é a prevenção indireta ou curativa do crime, nesse caso, a finalidade é dedicada a reduzir ou remover os fatores que podem criar uma atitude criminosa e restauração de bem-

estar social. Já o segundo, está relacionado com a preocupação com o alvo dos crimes e as circunstâncias de ocorrências de crimes (SILVERA, 2007 *apud* GUEDES, 2019).

4. VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

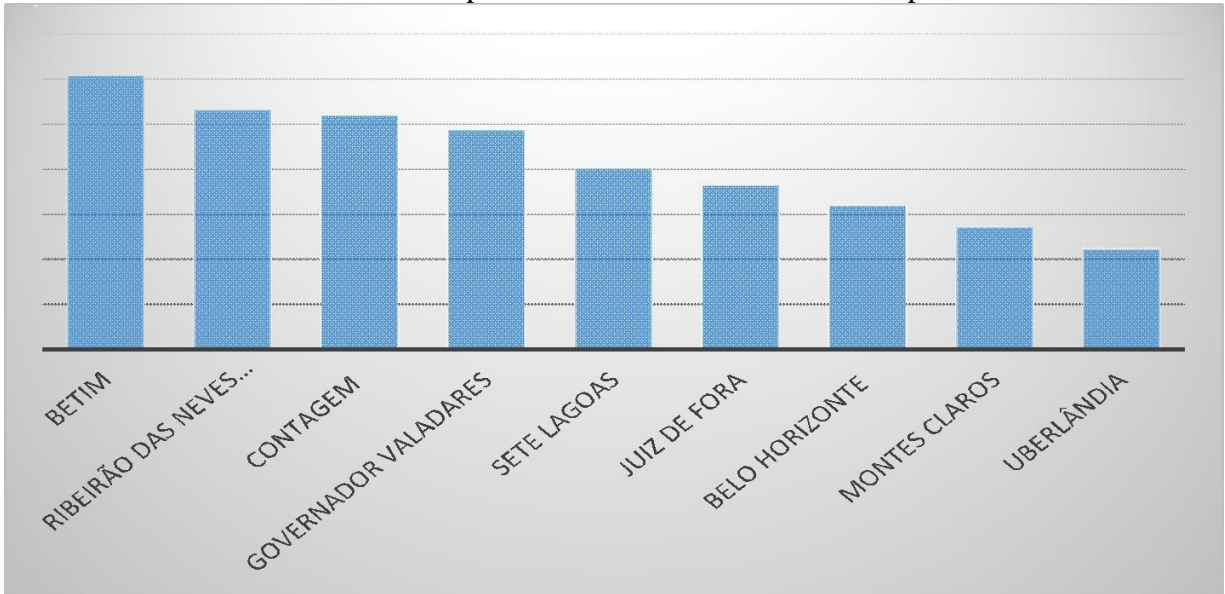
A necessidade de compreender os comportamentos humanos e sociais de vida em relação aos espaços geográficos fica atrelado a necessidade de entender as dinâmicas sociais que fazem com que a criminalidade aumente mais em algumas regiões. O aumento da sensação de insegurança nas cidades eleva a quantidade de estudos a respeito desse tema, já que é preciso entender as dinâmicas da realidade atual para se chegar a possíveis conclusões a respeito do tema.

A definição de violência segundo a Organização Mundial da Saúde é “O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002. p.7).”

A violência pode ser considerada como um fator complexo, o qual não apresenta uma explicação científica, já que diversos fatores influenciam para o seu acontecimento. A cultura de determinadas localidades, os fatores econômicos, a cultura, até mesmo as relações de indivíduos com outros indivíduos violentos podem se relacionar com a ocorrência de crimes.

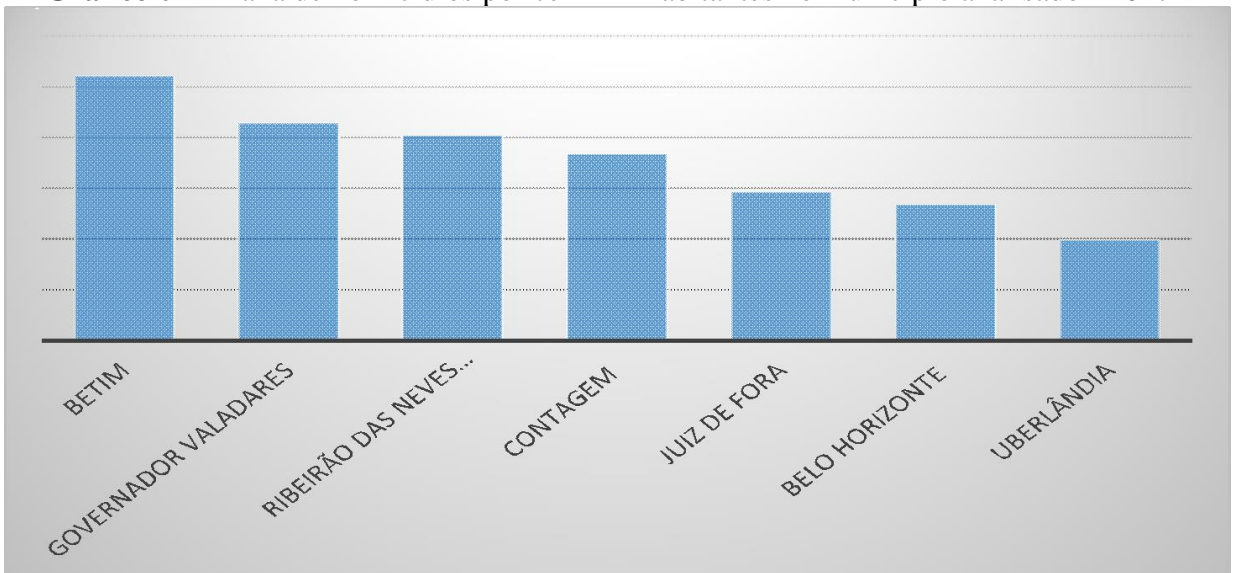
Segundo Luiz André Sá de Oliveira *et al.* (2018), os homicídios apresentam uma expressão mais acentuada e relevante da violência, causando impactos consideráveis frente a sociedade. Isso causa uma sensação de insegurança, de medo, de incapacidade do estado no que tange a segurança Pública, causando impactos nos comportamentos interpessoais e nos desenhos paisagísticos das cidades, comprometendo os direitos de cidadania e os direitos humanos.

O IPEA (2018 e 2019) analisou as taxas de homicídios dos anos de 2016 e 2017, a cidade analisada foi a que registrou uma das taxas de homicídio mais altas entre os municípios mineiros com mais de cem mil habitantes, como pode-se verificar nas tabelas abaixo em relação às cidades mineiras com as maiores taxas:

Gráfico 1 – Taxa de homicídios por cem mil habitantes nos municípios mineiros - 2016

Fonte: Atlas da Violência, 2018. Elaboração própria.

Assim, percebe-se uma redução dessa taxa nas cidades de Minas Gerais, uma queda significativa considerando o período analisado. No entanto, apesar de ser uma redução expressiva, as taxas de homicídios na cidade analisada ainda continuam sendo consideradas altas, como pode-se perceber no Gráfico 2 abaixo, considerando as cidades mais violentas do estado.

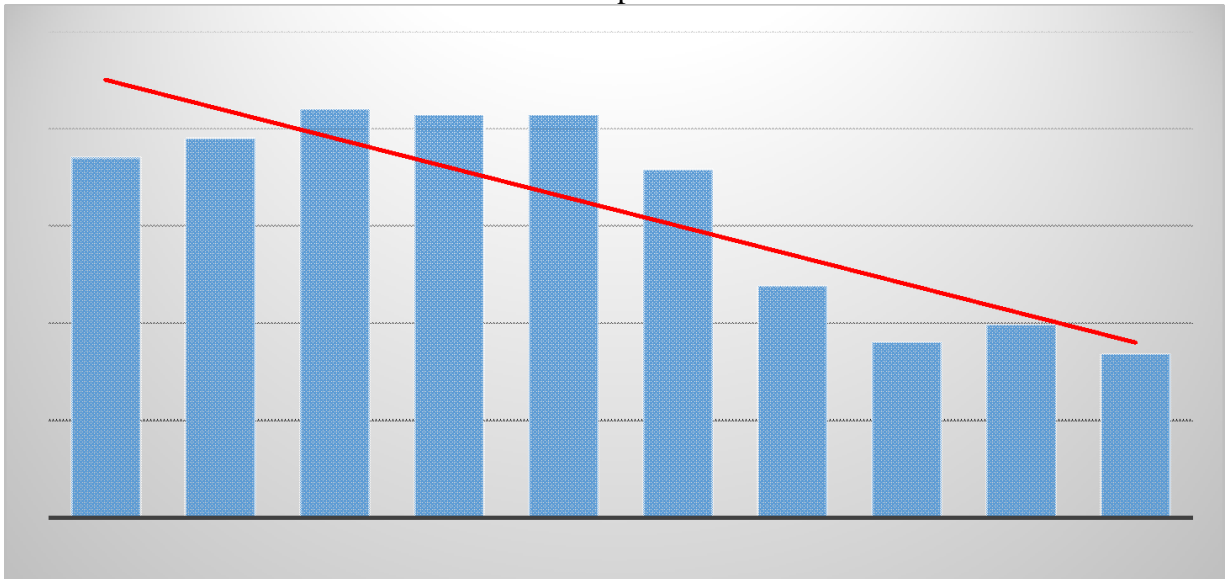
Gráfico 02 – Taxa de homicídios por cem mil habitantes no município analisado - 2017

Fonte: Atlas da Violência, 2019. Elaboração própria.

No município estudado, desde o ano de 2014, que apresentou 210 ocorrências até o ano de 2021, que apresentou 84 ocorrências, houve uma queda de 60% nas ocorrências de homicídios em relação as análises desses dois anos, como pode ser verificado pela linha de

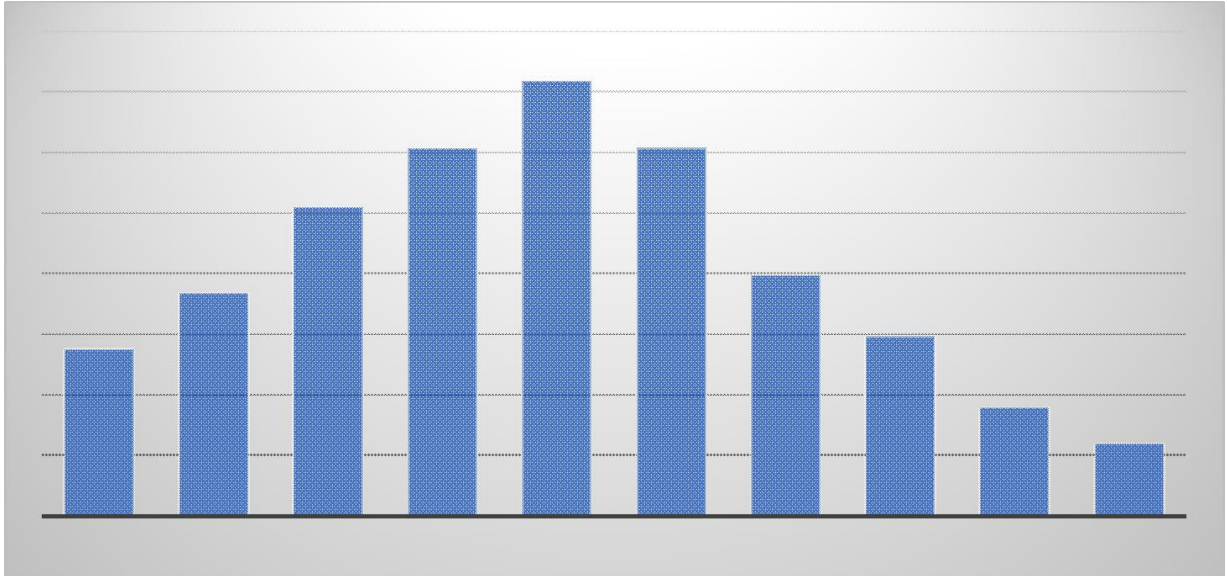
tendência no Gráfico 3, porém, apesar dessa queda os índices de homicídios ainda continuam altos considerando as taxas mundiais e nacionais de homicídios.

Gráfico 3: Ocorrência de homicídios no município analisado 2012 a 2021.



Fonte: Dados Abertos – SEJUSP. Elaboração própria

Já em relação aos crimes de roubos, o município estudado apresentou nos anos 2016 e 2017, o maior número de ocorrências de roubos na cidade. Coincidentemente, essa discrepância nesses dois anos pode ser verificada nos homicídios também, já que a cidade analisada apresenta uma das maiores taxas de homicídios dos municípios mineiros exatamente nesse período. Além disso, pode-se verificar uma queda significativa de números de ocorrências de 2016 a 2021, é possível perceber também, que os anos que tinham menos jovens no Programa Fica Vivo! de acordo com o Gráfico 4 foram os anos nos quais mais aconteceram delitos no município tanto roubos quanto homicídios.

Gráfico 4 – Número de ocorrências de roubos consumados na cidade estudada.

Fonte: Dados Abertos – SEJUSP. Elaboração própria.

Tais dados da criminalidade podem estar associados com a faixa etária daqueles que cometem crimes. As discussões em torno da faixa etária da juventude ou quais os momentos em que os indivíduos vivem esse momento de transição da personalidade já ganharam patamares internacionais, como por exemplo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a qual define a juventude entre 15 e 24 anos, além de alguns programas para desenvolvimento social dos jovens. No Brasil a lei federal número 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude que dispõe sobre os direitos dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, além de diretrizes e políticas públicas do Sistema Nacional de Juventude.

De acordo com Freitas 2016, pode-se pensar na juventude como um momento de transição nas etapas da vida dos indivíduos que assumem certa singularidade, seja por fatores históricos, familiares, culturais ou sociais. Nestas etapas de transição de juventude que indivíduo constrói os seus padrões como ser humano começa a definir seus conceitos morais a respeito do convívio em sociedade. (FREITAS, 2016, p 11)

Segundo Luís Antônio Groppo:

“A juventude, tal qual a infância, a maturidade e a velhice, é aí concebida como uma faixa etária ou categoria etária mais ou menos evidente, natural e universal, quase que determinada biopsicologicamente, cabendo apenas ao meio social reconhecer as prioridades intrínsecas de momento do curso da vida”

A forma e definição desses conceitos, a partir das estruturas sociais em que o indivíduo está inserido, podem influenciar nas suas atitudes e ações. Ainda segundo Groppo, esse

momento de transição da juventude tem-se o risco de os indivíduos desenvolverem comportamentos anômicos, seja por influências de relações sociais ou ambientais, frente ao convívio social.

A temática das políticas públicas de prevenção já tem grande espaço nas discussões entre os formuladores de políticas públicas a algum tempo, isso porque esse problema é verificado em muitos municípios mineiros. Além disso, as diminuições dos delitos podem trazer diversos pontos positivos para a sociedade e aumentar a sensação de bem-estar social a partir dos efeitos da diminuição da violência.

A lei federal número 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude que dispõe sobre os direitos dos jovens com idade entre 15 e 29 anos. Além de diretrizes e políticas públicas do Sistema Nacional de Juventude.

O estado de Minas Gerais, a partir da lei número 23.450, de 24 de outubro de 2019 criou um conjunto de ações com foco nas intervenções do sistema de segurança pública. Essas intervenções foram feitas em parcerias com a SUPEC com intuito de minimizar as incidências e atuar nas prevenções de crimes praticados por jovens, atuando em diversos territórios onde têm as maiores incidências de ocorrências e nos grupos mais vulneráveis da cidade analisada.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho explorou um estudo de caso em uma pesquisa descritiva em relação aos egressos do programa Fica Vivo!, o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa muito utilizadas nas ciências sociais e biomédicas, é um estudo aprofundado que permite seu amplo e detalhado conhecimento, principalmente as situações da vida real em que as situações são analisadas, principalmente considerando as condições econômicas da região observada e percebendo as peculiaridades que a região tem.

Segundo Antônio Carlos Gil (2010),

“As pesquisas descritivas têm o objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria que realizadas com objetivos profissionais provavelmente de enquadra nessa categoria”. (GIL, 2010, p. 27)

Reforçando as ideias desse autor, Vergara (2014) reforça que:

“A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.” (VERGARA, 2014, p. 42)

A pesquisa foi conduzida em território escolhido pelas suas características de vulnerabilidade social além de conveniência, já que o entrevistador mora na região há, pelo menos, 25 anos, conhece a maioria dos jovens tendo proximidade com os entrevistados para a realização desse trabalho. Essa proximidade com os jovens possibilitou que as conversas fossem feitas espontaneamente, caso contrário, haveria o risco de ficarem receosos com a pesquisa a respeito da criminalidade na região. As formas de anotações das falas foram a partir de anotações decorrentes dos comentários dos entrevistados, em celular e notebook.

As entrevistas foram feitas nas ruas, nos locais onde os jovens se encontravam para lazer nas praças, nos bares, no trabalho, no cabelereiro, sempre em locais onde os mesmos se sentissem confortáveis para as conversas. É importante ressaltar que as conversas aconteceram, em sua maioria, nos finais de semana, esse momento que tanto o entrevistador quanto os entrevistados tinham um tempo livre para as conversas, tendo em vista a ocupação no trabalho durante os dias de semana.

A seleção dos sujeitos para as entrevistas foi feita a partir da localidade em que a UPC estava localizada, normalmente estes egressos ainda moram na região em que as atividades do Programa Fica Vivo! é realizada. Diante disso, buscou-se perceber as características dos egressos do Fica Vivo! e as suas percepções da realidade em relação à criminalidade.

A região é uma região de vulnerabilidade econômicas, a maioria dos moradores é de baixa renda, a realidade desses entrevistados é em uma realidade de comunidades periféricas. Outro ponto importante é o fato de a maioria dos entrevistados ter passado pelo sistema de justiça criminal, passaram por esse processo de institucionalização ainda na adolescência e alguns na vida adulta, a maioria por tráfico de drogas e roubos.

Em relação à coleta de informações dos egressos do Programa, realizou-se um questionário que foi respondido em conversas informais, na qual a técnica observada foi à observação, de forma que os participantes não se sentissem constrangidos a responder de forma espontânea, tanto os egressos do programa quanto os gestores que participaram das entrevistas. É importante perceber que a adoção dessa modalidade se deu por que o pesquisador conhece os aspectos da comunidade, dos grupos de participantes do programa Fica Vivo!, isso facilitou as observações realizadas (GIL, 2010, p. 121).

Conforme Gil,

“pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizado, quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão.” (GIL, 2010, p. 105).

Além disso, os entrevistados foram informados do objeto da pesquisa e de alguns dados em relação à região estudada, como por exemplo, as taxas de homicídio e sobre a criminalidade na região analisada.

No que diz respeito às análises e interpretação dos dados, foram feitas a partir das informações que foram ditas pelos participantes nas entrevistas e, deve-se perceber que, as falas dos participantes foram consideradas na íntegra, sendo registradas na sua forma literal. Os dialetos e formas de se expressar mudam conforme a região, os moradores de regiões assim têm o próprio linguajar e isso é importante para a dimensão de como é a percepção desses participantes a respeito dos temas abordados.

Uma breve descrição do território em que a pesquisa foi realizada também se faz necessária uma vez que é fator fundamental para a interpretação dos depoimentos colhidos

frente às políticas de prevenção à criminalidade, principalmente o Programa Fica Vivo! Analisado.

Conforme o diagnóstico Socioterritorial do Município estudado, a região na cidade analisada possui aproximadamente 22,1 km² de extensão, com uma população estimada de aproximadamente 30.000 habitantes, isso considerando o censo do IBGE de 2010, e uma densidade demográfica de aproximadamente 1.257 hab/ km². Essa regional, além dos programas de prevenção à criminalidade, a região conta com dois Centros de Assistência Social (CRAS). Em relação ao serviço do Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), nessa região, verifica-se que há um movimento ascendente do número de famílias chegando próximo ao número entre os dois CRAS analisados. Outro ponto percebido no perfil Socioeconômico da região analisada é o fato de essa região ter passado por uma expressiva redução no ano de 2016, passando pelo número de 212 para 143 famílias em média e, em 2019, de 217 para 203.

Na região, o CRAS apresentou Atendimento em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tiveram médias no ano de 2018 de 51 crianças ou adolescentes entre 06 a 15 anos, 37 a idosos e 15,5 adultos de 18 a 59.

A região conta com quatro UBS, um centro de referência em Saúde e uma UPA na regional, quanto às escolas, há dois centros infantis municipais, seis instituições infantis conveniadas, seis escolas municipais e duas escolas estaduais.

No que diz respeito às condições de renda das famílias, verificou-se que uma boa parte da população se encontra em situação de extrema pobreza, renda familiar per capita de até R\$89,00 em 2021, 8.698 foram contabilizadas nessa categoria, alcançando quase 30% da população de toda a região. Já em relação às pessoas com renda de R\$89,00 a R\$178,00, esse número chega a 8.457, um percentual próximo de 30% da população total residente na região. A partir desses dados, percebe-se a vulnerabilidade da região no que tange as rendas das famílias, considerando as pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza, temos um percentual de mais de 57% da população total do município e, os grupos de famílias que possuem renda acima de R\$178,00, correspondem a 43% das famílias.

De acordo com dados históricos, a assistência social era prestada para que algumas pessoas fossem beneficiadas e alcançava apenas quem contribuísse com a Previdência Social. Contudo a Constituição de 1988 trouxe um novo conceito para a assistência social no Brasil, considerando o âmbito da seguridade social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social.

A LOAS organiza as políticas públicas de assistência social e traz em seu texto legal dispositivos que colocam direitos dos cidadãos e deveres do Estado, principalmente, no que se

refere a direitos relacionados com a assistência Social, as quais são requeridas pelas pessoas mais vulneráveis na cidade. Para além disso, considera-se que a política da LOAS tem seu sentido uma política de Seguridade Social não contributiva, provendo as condições mínimas de convívio social, que são necessários para que as famílias e os indivíduos consigam viver com dignidade. Essas ações são realizadas por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa governamental e da sociedade, com intuito de garantir direitos e atendimentos básicos, acessos a serviços essenciais, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

6 PROGRAMAS DE PREVENÇÃO NA CIDADE ANALISADA

Estes programas de prevenção à criminalidade estão em diversas cidades em Minas Gerais, atuando nas mais populosas e que apresentam maiores índices de violência. Essas políticas têm como objetivo geral, contribuir para a prevenção e redução dos índices de criminalidades presentes em alguns territórios com os grupos mais vulneráveis, seja pelo ambiente em que esses grupos estão inseridos, seja pela baixa escolaridade e pobreza.

Conforme especifica no próprio Portfólio Política de Prevenção Social à Criminalidade do Governo de Minas, esses são alguns dos objetivos que os programas visam a atingir:

- Prevenção e a redução de homicídios dolosos contra a vida de jovens moradores de áreas nas quais esses crimes estão sendo concentrados, por meio da atuação do programa fica vivo;
- Promover meios pacíficos para administração dos conflitos que podem acarretar violências nos locais de atuação dos programas, isso nos níveis interpessoal, comunitário e institucional, a fim de contribuir positivamente com a redução dos crimes ou mesmo a sua prevenção por meio do Programa Mediação de Conflitos (PMC);
- Promover e realizar articulações com os registros, as análises e possíveis intervenções sociais relacionados a violência nas áreas em que existem maior índice de crimes e no que diz respeito ao público jovem que é atendido em cada programa de prevenção à criminalidade.

Diante desses objetivos, essa política de prevenção tem foco em superar possíveis premissas que podem sugerir que não há governabilidade ou intenções de práticas governamentais em relação à dinâmica da criminalidade (Minas Gerais, 2021 pag. 3).

6.1 O Programa Fica Vivo!

O programa foi institucionalizado pelo Decreto nº 43.334 de 20/05/2003, o programa Fica Vivo! que compõe a Política Estadual de Estratégia de Prevenção Social à criminalidade. O programa de controle de homicídios foi inicialmente pensado por um trabalho realizado por um grupo constituído por iniciativa do Centro de Estudos Criminais e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – CRISP/UFMG. Estavam presentes nesse grupo, representantes da Polícia Civil e Militar de Minas Gerais – PCMG e PMMG, Ministério Público – MP, Juízes, pesquisadores, empresários do setor privado técnicos da coordenadoria de Cidadania da prefeitura de Belo Horizonte. As atividades começaram a partir de reuniões orientadas segundo a metodologia de identificação dos problemas, análises, elaboração e

implementação de possíveis soluções e avaliações para o crescimento de homicídios que estava em alta a partir da década de 90. Esse programa de controle de homicídios Fica Vivo! compõe a política de pública de prevenção à criminalidade do Estado de Minas Gerais (PEIXOTO, *et al.* 2011).

Para Andrea Maria Silveira, o programa Fica Vivo! atua como um programa de prevenção abrangente, focalizado e comunitário. É abrangente por que fomenta a implementação de projetos e ações que tem a finalidade de atenuar os riscos presentes na comunidade, além de fortalecer outros fatores que envolvem a criminalidade. “No programa não é atendida a criminalidade em apenas um aspecto, e é nesse sentido que os técnicos têm de atenuar através da percepção dos diferentes fatores nas comunidades”. É focalizado por que atua nas localidades em que há mais incidências de crimes e maior vulnerabilidade social, além de colocar a comunidade como participante na participação e na formulação dos projetos.

O programa foi criado com base em experiências semelhantes de prevenção à criminalidade nos centros das comunidades, a partir de ideias de controle social informal, coesão social e a relação de confiança entre as pessoas que moram na comunidade. O programa percebe o crime como fenômeno ligado aos comportamentos sociais ligados a localidade de cada indivíduo. Os critérios de escolha da localidade a ser implantado o programa Fica Vivo! pela Secretaria Estadual de Defesa Social era a incidência de ocorrências por homicídios dolosos, tendo os jovens como alvo desse programa (SILVEIRA, 2007).

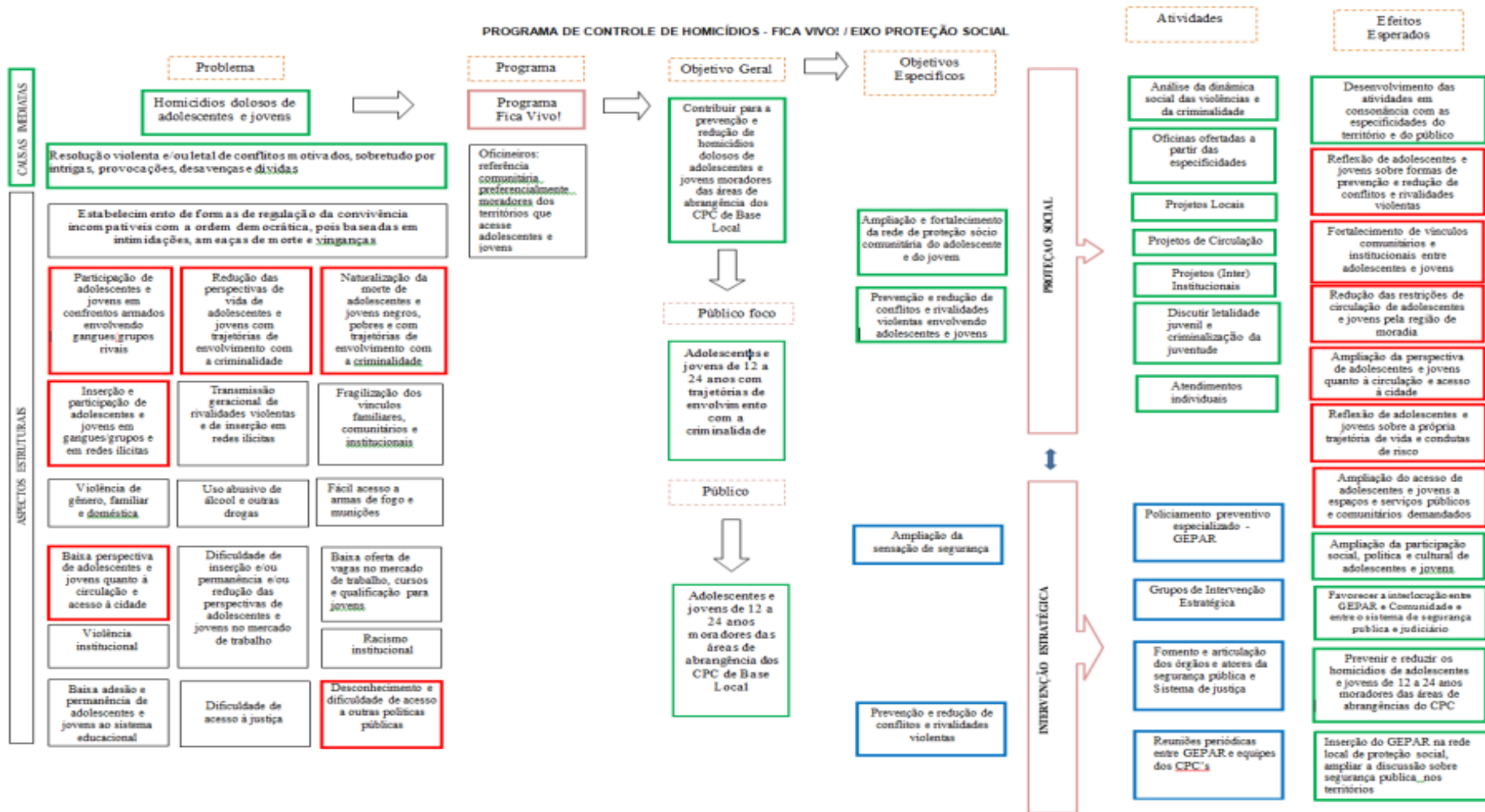
6.1.2 Marco Lógico

Um programa governamental pode ser definido como alguma ação a ser praticada em decorrência de alguma situação já existente, tendo a finalidade de aprimorá-la para que ela venha a cumprir uma outra situação desejada. A partir disso, os monitoramentos dos programas tornam-se mais factíveis, podendo ter mais probabilidades de atingir os objetivos pré-definidos.

Desde que o Fica Vivo! foi institucionalizado, é possível perceber que suas metodologias têm se alterado ao longo do tempo, seja por fatores externos ou internos, é possível que por fatores alheios ao programa ou pode ser que próprio programa, atuando em muitas localidades, mudem as formas de tratamento que serão oferecidas. Como já mencionado, esse programa visa a atender as demandas de cada região, já que cada localidade apresenta comportamentos diferentes. Contudo, a construção do Marco Lógico de Programa trouxe maior robustez metodológica para o desenvolvimento das atividades pelos gestores e participantes, como podemos observar na figura 01 (GUEDES, 2017).

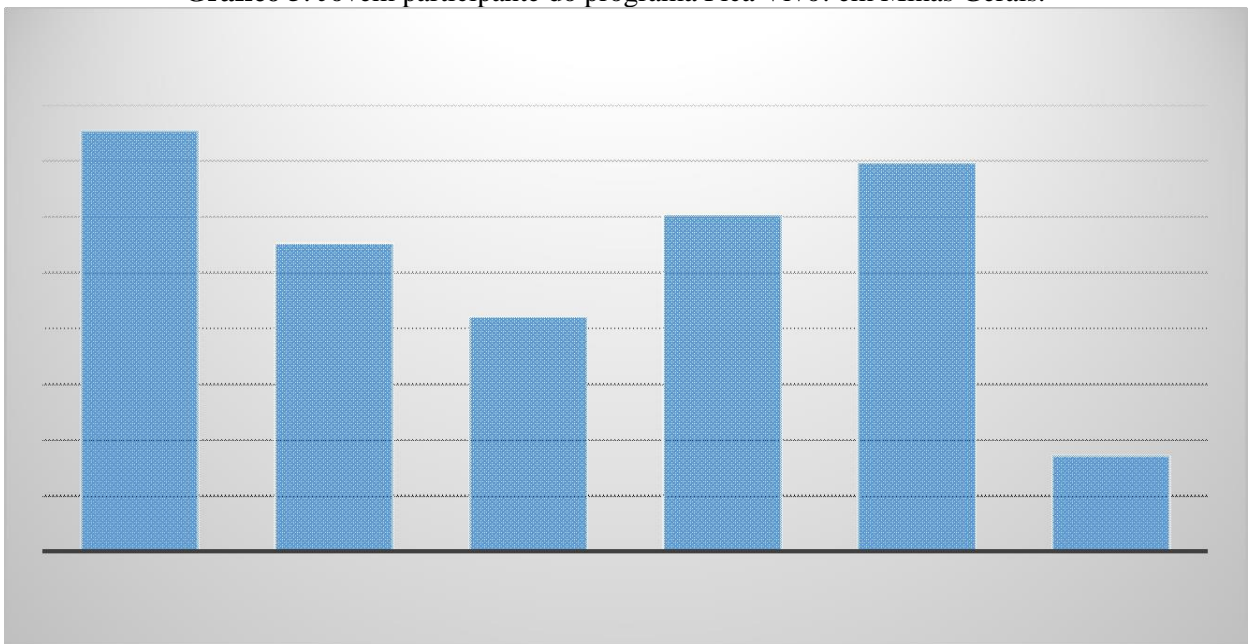
“Analiticamente, o Marco Lógico consiste em uma estrutura de implicações lógicas de causa-efeito com relação a uma situação-problema, e de meios fins em relação à intervenção proposta para mudar a situação-problema. Consiste, portanto, em um conjunto de conceitos inter-relacionados que definem as causas de uma intervenção (projeto), bem como o que deve ser feito (estratégia) para alcançar o resultado desejado. Nesse sentido, mais que uma ferramenta de organização da informação, o ML é um instrumento de análise sistêmica e de levantamento e teste das alternativas que irão compor uma proposta de intervenção (projeto). Ou seja, o ML apresenta a lógica que justifica a intervenção e o desenho da própria intervenção” (RUA, 2005, p. 3 *apud* GUEDES, 2017, p. 37)

Figura SEQ Figura |* ARABIC 1 - Árvore de problemas



Até o ano de 2005, a quantidade de jovens atendidos pelo programa era de 3.612, de 2005 até 2007 esse número passou para 11.061, de 2007 até 2008 o número já chegava em 12.903 jovens sendo atendidos pelo Fica Vivo!, isso mostra os resultados positivos desse programa inicialmente. Atualmente, Minas Gerais apresenta quantidades maiores de atendimentos, chegando a 639.631 jovens atendidos de 2015 a 2020, como percebe-se a partir de dados do Portfólio de Prevenção Social à Criminalidade abaixo.

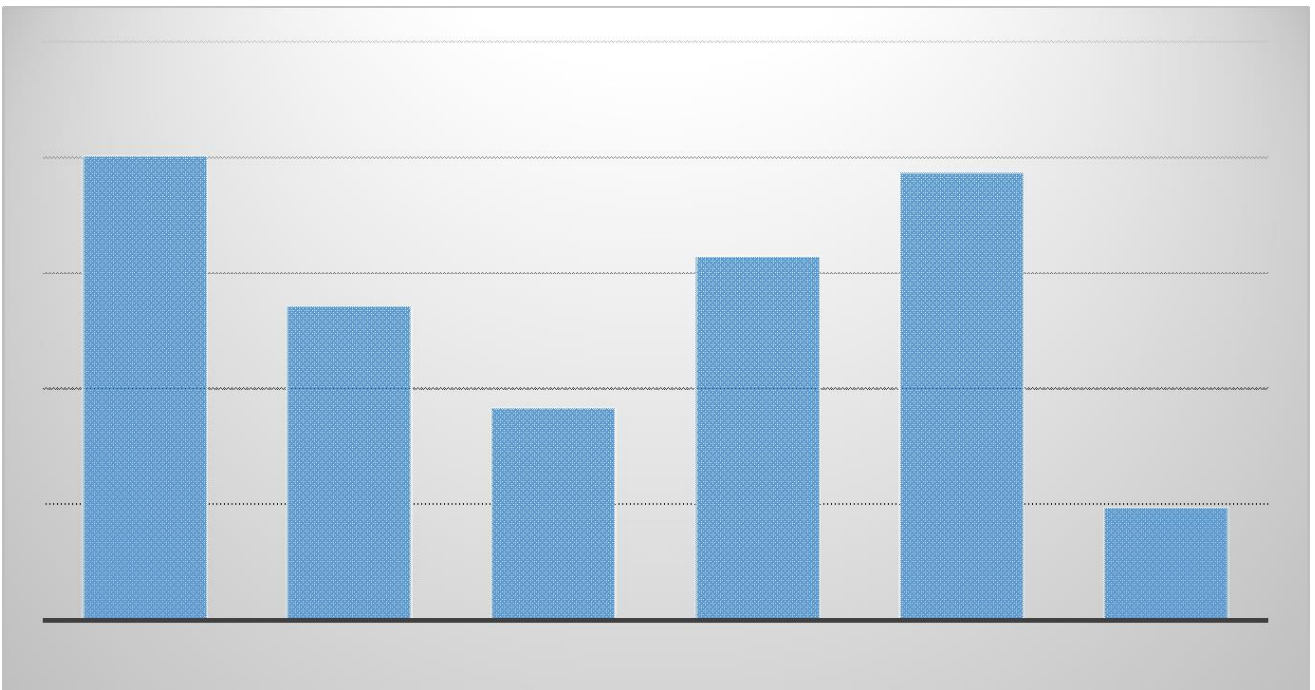
Gráfico 5: Jovem participante do programa Fica Vivo! em Minas Gerais.



Fonte: Portfólio de Prevenção Social à Criminalidade. Elaboração própria

Já em relação a cidade analisada, a atuação do Fica Vivo! se dá em quatro regiões que apresentam os maiores índices de violência e vulnerabilidade social no município. Em relação a grande queda no número de participante de 2019 para 2020, pode-se considerar que essa queda se deu por causa dos efeitos da Pandemia do Covid-19 a qual restringiu aglomerações de pessoas.

Já no gráfico 05 abaixo, podemos perceber a quantidade de participantes no programa Fica Vivo! na cidade analisada. A cidade apresenta a mesma queda que o gráfico 04 apresentou e pelas mesmas razões.

Gráfico 6: Número de Participantes do programa Fica Vivo! em Betim

Fonte: Portfólio Política de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais. Elaboração própria.

Como descrito anteriormente, a cidade estudada apresentou as taxas de homicídios mais altas dos municípios mineiros em alguns anos. Coincidentemente nesses anos, o município apresentou a menor quantidade de participantes no programa Fica Vivo! em relação aos outros anos, desconsiderando o ano de 2020 que foi o ano que sofreu com os reflexos negativos da pandemia do Covid-19.

6.1.3 Público Alvo

Em se tratando de grupos de pessoas que já se encontram em uma possível vulnerabilidade social, e por perceber que esses grupos possuem acesso frágil a outras políticas de proteção social como, saúde, educação, cultura, esportes, trabalho, vivencia preconceitos de criminalização, etiquetamento criminal etc., entende-se como público-alvo das Políticas de Prevenção Social a Criminalidade segundo o Portfólio:

1. Adolescentes, jovens e moradores de territórios com a maior concentração de crimes de homicídios e outras violências com idades entre 12 e 24 anos.
2. Pessoas que realizam cumprimento de Alternativas Penais

3. Pessoas egressas dos sistemas prisionais e seus familiares, adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo de internação, semiliberdade e seus familiares.
4. Administrações Públicas Municipais ou outras instituições locais que tenham interesse em qualificar a atuação em prevenção à criminalidade e à violência.

6.1.4 Eixo De Intervenção Estratégica.

A base de sustentação do Eixo de Proteção social, o Eixo de intervenção Estratégica é resultado de uma articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado e de Justiça e Segurança Pública, a polícia militar, a polícia civil, o Ministério Público, o poder Judiciário e os órgãos de segurança pública dos municípios. As atividades que são realizadas a partir deste eixo, são: policiamento preventivo, realizado pela polícia militar; grupos de intervenção estratégica; fomento e articulação dos órgãos e atores da segurança pública e sistema de justiça; Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC (MINAS GERAIS, 2021)

Conforme descrito no Portfólio de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade, o Policiamento Preventivo Especializado é realizado pelo Grupo Especial de Policiamento de Risco (GEPAR) e atua com a finalidade de ampliação da sensação de segurança pela sociedade e da legitimidade de atuação do policiamento preventivo e das ações repressivas, além de operacionalizar um policiamento repressivo e, com a comunidade, possibilitar formas de interação com os moradores. (MINAS GERAIS, 2021)

O GEPAR, propõem um novo modelo de intervenção calcado em, não apenas, a vigília ostensiva, mas estabelece uma relação com os moradores das comunidades em que os programas atuam. Diante disso, é de extrema importância que haja uma boa relação entre os técnicos dos núcleos da GEPAR, considerando que a relação pode surtir efeitos nos planejamentos das intervenções de ambos os lados, tanto nos gestores dos programas quanto dos policiais que atuam no GEPAR. Um ponto importante a ser verificado é as informações a respeito dos participantes, considerando os possíveis cruzamentos de informações importantes. (MENDES, 2009. p. 223)

Nesse sentido, Igor Adolf Assaf Mendes nos diz que:

“Um cruzamento de dados pode fornecer uma informação: se os jovens atendidos têm o mesmo perfil dos jovens envolvidos com o tráfico. Ela pode fornecer uma ideia da amplitude do sucesso da iniciativa da comunidade em si. O programa deve abarcar o maior número de jovens possível, mas é

necessário que ele atinja, principalmente, esses jovens que estão em situação mais próxima a criminalidade.” (MENDES, 2009. p. 223.)

O Intervenção e Estratégica (GIE) tem o objetivo prevenir e reduzir os conflitos e rivalidades no interior das comunidades, isso por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nos territórios em que os programas atuam. Para que isso ocorra, é preciso que as informações estejam disseminadas entre os envolvidos, criando uma rede de informações que possam ser úteis na hora de formulação das ações, fazendo-se necessário as seguintes informações (MINAS GERAIS, 2021):

- Reunião ordinárias envolvendo os representantes do GIE;
- Levantamento de dados para identificação de pessoas e/ou grupos a serem monitorados;
- Sistematização de informações em relatórios sobre as pessoas /e ou grupos monitorados;
- Análise dos relatórios em articulação com a dinâmica criminal das áreas monitoradas para que se verifiquem as medidas que possam ser adotadas;
- Acompanhamento das medidas adotadas e avaliação dos resultados alcançados;
- Aproximação e diálogo com os representantes das instituições que compõe o Grupo;
- Reduzir as formalidades, agilidades e redução das formalidades.

Segundo o Portfólio (2021), as reuniões do GIE têm um papel muito importante de aproximar as instituições que compõe o sistema de segurança pública e de justiça criminal, possibilitam o esclarecimento de possíveis dúvidas quanto às funções e limitações de cada órgão e possibilitam que as prioridades que sejam comuns a todos os envolvidos, sejam definidas.

Outro fator a ser considerado, e que favorece a legitimação do GIE, assim como o alcance dos resultados esperados, é a condução compartilhada das reuniões que é feita entre a SEJUSP e o GIE, através do programa Fica Vivo!, o Ministério público, e um promotor de referência. Seguindo nessa condução, é possível uma maior integração entre os órgãos, mais agilidade no encaminhamento das demandas e sensibilização para a participação de representantes das instituições (MINAS GERAIS, p. 21 2021).

Os grupos de intervenção estratégica segundo o Portfólio são:

- Secretaria de Justiça e de Segurança Pública: Direção do programa Fica Vivo! gestão social das Unidades de Prevenção à Criminalidade, coordenação do serviço de inteligência do sistema socioeducativo;
- Departamento Penitenciário de Minas Gerais: coordenação do serviço de inteligência do sistema prisional;
- Polícia militar: Batalhões, companhias e Grupo Especializado em Policiamento em Áreas de Risco – GEPAR;
- Polícia Civil: Delegacias especializadas e delegacias de área;
- Judiciário: Varas criminais, vara da infância e da juventude e de execução penal;
- Ministério Público: Promotorias criminais, da infância e juventude e de crime organizado.

A atuação dos GIE tem grande relevância na gestão do programa Fica vivo!, é preciso realização contínua de Capacitações Integradas, com objetivos de aproximar, ainda mais, os participantes dos grupos de Intervenção Estratégica de cada um dos municípios. Dessa forma, o compartilhamento de informações pode ser mais expressivo, contribuindo para o aperfeiçoamento do trabalho realizado (MINAS GERAIS, p. 21, 2021). Além disso, os conteúdos dos materiais apresentados nos cursos de Capacitação Integrada são revisados periodicamente, e tem como pilares, segundo o Portfólio (2021):

“O conhecimento sobre a política estadual de segurança pública de Minas gerais; o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado de Justiça e de Segurança Pública e pelos programas que compõe a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade; os objetivos e a metodologia de trabalho do grupo de Intervenção Estratégica; e o planejamento de ações de proteção sociais e de repressão qualificada, a partir de situações reais relacionadas à dinâmica criminal referente aos territórios de cada um dos grupos”(MINAS GERAIS, 2021. p. 22.)

6.1.5 Eixo de Proteção Social

Levando em consideração a proteção social, que visa a redução e prevenção de homicídios dolosos, principalmente, aqueles entre jovens e adolescentes, o Programa Fica Vivo! trabalha com as concepções e regionalidades de cada região a partir das vulnerabilidades de cada uma em relação à criminalidade. Os públicos mais atingidos por essas vulnerabilidades são aqueles das regiões com menos condições econômicas com idades entre 12 a 24 os quais residem nas áreas de abrangências das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base

Territorial e, como foco principal, jovens suscetíveis a criminalidade ou jovens já com trajetórias de envolvimento com a criminalidade (MINAS GERAIS, 2021).

Conforme descrito no Portfólio de Segurança Pública de Minas gerais, o eixo de Proteção Social desenvolve as seguintes atividades:

- Análise da dinâmica social das violências e da criminalidade – Os programas no geral, tentam perceber as dinâmicas sociais e culturais que envolvem os jovens em relação aos crimes e, a partir disso, verifica-se as possibilidades de projetos a serem trabalhados dentro dessa temática;
- Oficinas de esportes – Temos aqui, futsal, jogos em geral que envolvem atividades físicas os quais possibilitam a interação entre os jovens;
- Cultura e Arte – Aqui, trabalha-se possibilidades de os jovens entenderem a realidade das comunidades em que vivem, grafites envolvendo expressão, pintura, desenhos, artesanatos etc;
- Projetos locais – Atendimentos psicossociais destinados aos jovens, atendimentos de outros profissionais a moradores. Por meio dos diálogos e de escutar as demandas que possibilitem alternativas de reflexão de vida desses jovens;
- Projetos de circulação – Tem-se por exemplo, o Olimpíadas do Fica Vivo!
- Atendimentos individuais – Os atendimentos individuais acontecem com profissionais de áreas interdisciplinares, tendo em vista as condições peculiares de cada jovem, sendo eles analistas de nível superior em ciências humanas e por estagiários em processos de formação universitária;
- Fóruns comunitários;
- Projetos (Inter) institucionais e discussão da letalidade e da criminalização da juventude.

Com exceção da atividade da “Análise de dinâmica social das violências e da criminalidade”, podemos entender as outras atividades como formas de participação e atendimento ao público dos programas oferecidos pelas Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial. As atividades de Proteção Social se articulam entre si e, para favorecer os entendimentos, serão descritos separadamente.

6.1.6 Análise da Dinâmica Social da Criminalidade

A equipe técnica do programa Fica Vivo! estabelece a implantação de projetos, considerando as bases Territoriais de Prevenção à criminalidade, a implantação e viabilizam, em parceria com a rede comunitária, a avaliação dos territórios e os acontecimentos locais para analisar possíveis projetos de acordo com a vertente de cada localidade. Dessa forma, a inclusão desta vertente pode considerar as dimensões culturais de cada comunidade, assim como suas particularidades locais (PORTFÓLIO, 2021).

Outro ponto abordado nesse programa é a realização de oficinas de esportes, cultura e arte, com a finalidade de aproximar os participantes do atendimento do programa, a partir da dinâmica social em relação à violência e à criminalidade e as relações de demanda dos próprios participantes atendidos. Com essas oficinas, pode-se perceber pontos positivos a serem observados:

- Vínculo entre os adolescentes, jovens e o Programa.
- Abertura de espaços para liberar expressões de diferenças entre os jovens, expor peculiaridades pessoais, a partir da vivência de cada um, sem preconceitos ou julgamentos morais.
- Espaços para reflexão sobre as formas de prevenção e redução de conflitos em relação a rivalidades na própria comunidade ou com outras comunidades vizinhas.
- Circulação de jovens e adolescentes pelas localidades da região em que eles residem.

Outros fatores que podem ser relevantes na compreensão para a realização de análises de dinâmicas territoriais em cada comunidade em que o Fica Vivo! atua, de acordo com o Portfólio:

“Histórico sobre a formação do município e do território atendido; redes de serviços públicos, privados e comunitários existentes; qualidade do atendimento prestado à população pela rede de serviços; existência ou não de violência institucional; mobilidade da população; rivalidade entre indivíduos e grupos; cultura do silêncio; regras locais de convivência; tipos de violências e crimes mais comuns; localidades e horários onde os crimes ocorrem; faixa etária das vítimas e dos agressores; aumento da circulação de pessoas armadas, dentre outros.”(MINAS GERAIS, 2021)

6.1.7 Oficinas de Cultura, Esporte e Arte

As oficinas que são trabalhadas no programa Fica Vivo! podem ser consideradas como estratégias de aproximação e atendimento aos jovens do programa, considerando as dinâmicas

sociais de cada comunidade, algumas atividades junto aosicineiros podem ser realizadas em localidades diferentes das áreas de abrangência das UPC de base territorial.

Para além disso, conforme descrito no Portfólio de Minas Gerais (2021), as atividades realizadas pelo programa extrapolam a dimensão do ofício, já que a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam:

- O estabelecimento de vínculo entre os jovens e o Programa;
- Abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais ou preconceituosos;
- Criação de espaços para a reflexão sobre a criminalidade na comunidade, conflitos de gangues, prevenção à criminalidade e riscos;
- Promoção da livre circulação de jovens pela comunidade, sem que haja conflitos com outros jovens.
- A integração dos jovens que participam do programa.

É importante perceber que as oficinas são realizadas em locais específicos e adequados a cada atividade, de forma qualificada e efetiva, deve ser realizada semanalmente e ter duração mínima de cinco horas semanais. Um dos pontos principais na integração do programa com os atendidos é o fato de que as lideranças comunitárias são, de preferência, moradores das próprias regiões em que os programas são realizados. Pode-se pensar na possibilidade de as pessoas, que são atendidas por esse programa, se sintam mais confortáveis para nas realizações das atividades com pessoas próximas a elas, que conheçam a comunidade e as situações que ocorrem com mais frequência. Contudo, é esperado que oicineiro, além de um vínculo com a comunidade, cumpra as seguintes exigências, segundo o Portfólio (2021):

- Transmitir um ofício;
- Favorecer a criação de um vínculo entre o público atendido na oficina e o Programa Fica Vivo!;
- Dar abertura para as expressões e singularidades dos jovens, considerando as dinâmicas de cada território, sem julgamentos morais e preconceituosos;
- Trabalhar as temáticas em que os jovens manifestem interesses;
- Favorecer as reflexões a respeito das rivalidades violentas, uso de drogas e prevenção social à criminalidade;

- Favorecer que jovens que não tenham interesse nas atividades da oficina possam realizar outras atividades do programa ou os demais serviços da rede de proteção;
- Atuar conjuntamente com o GEPAR;
- Elaborar mensalmente lista de presença e os relatórios referentes a prática das atividades nas oficinas;
- Participar das reuniões e espaços de formação promovidos pela equipe técnica e diretoria do Programa.

O atendimento realizado pelos oficinairos não é o mesmo realizado pelos analistas sociais, uma vez que o ofício que ele reproduz para os participantes é próprio e, na maioria dos casos, aprendeu frequentando o Fica Vivo!. Aos analistas, cabe acompanhar as atividades que são desenvolvidas e acompanhar as interações sobre os aspectos da dinâmica social das violências e da criminalidade afetas a área de abrangência e que tenha envolvimento com o Programa.

6.1.8 Os Multiplicadores – Oficinairos

A nomenclatura usada para os Oficinairos, que são aqueles que trabalhavam atividades com os jovens nas oficinas, se vinculam e com o propósito de receber apoio e acompanhamento técnico do Programa Fica Vivo! para conseguir realizar ações voltadas para a redução e prevenção de homicídios de jovens nas oficinas diversas oferecidas pelo programa.

Marcus Otávio Mariâni Nogueira define as oficinas como,

“As oficinas do programa Fica Vivo! compõem territórios e subjetividades. Cada uma das oficinas tece um ritmo, marca um compasso, conduz uma dinâmica própria, rege um tempo-espço singular que confere regulação, vigilância, norma, controle e, também, espaços, lacunas para desterritorializações e construções de singularidades” (NOGUEIRA, 2009, p. 207)

Dito isto, é importante destacar que os oficinairos são, na maioria das vezes, moradores das comunidades e, inclusive, indicados pelos próprios participantes. Na maioria dos casos, os oficinairos são escolhidos por desenvolverem algumas habilidades em determinadas atividades. As escolhas orientam-se de acordo com as localidades em que os oficinairos moram, porque

umenta a possibilidade de interação e proximidade com os jovens, além de possível maior controle, tendo em vista as vivências no dia a dia na comunidade, potencializando o contato a afetividade e a vigilância (NOGUEIRA 2009).

Além disso, a noção de territorialidade, por vezes, é descentralizada nas regiões mais vulneráveis economicamente, cada território tem as suas potencialidades criminosas e rivalidades, o oficinairo tendo conhecimento dessas interações pode ajustar as atividades ou palestras, além de conseguir gerenciar uma interação de jovens de várias localidades diferentes fazendo com que haja uma desmistificação de rivalidade entre os territórios.

6.1.9 Atendimentos Individuais

Os atendimentos individuais do Programa Fica Vivo!, são realizados pelos analistas que trabalham nos núcleos do programa, e isso independe da formação profissional. As direções dos atendimentos devem ser direcionadas pelo que cada jovem escolheu como opção para realizar no programa. Com isso, o intuito é favorecer o jovem a refletir a respeito da sua própria trajetória de vida e, principalmente, as ações que os jovens podem adotar que o aproximam mais da criminalidade, podendo chegar a letalidade ou a perda da liberdade, considerando o aprisionamento institucional ou mesmo a impossibilidade de transitar nas ruas devido aos conflitos com outros jovens (MINAS GERAIS, 2021).

Nesse contexto, os trabalhos em rede visam a atingir, com os atendimentos individualizados, a ampliação e o fortalecimento da rede de proteção social daquele jovem. É importante perceber que esse fortalecimento só se dará a partir das análises e perspectivas das dinâmicas da cultura e vivência de um determinado adolescente, as análises desse cenário são feitas pelos analistas de forma antecipada.

6.10 Fóruns Comunitários

Os fóruns comunitários podem ser considerados como espaços que possibilitam os jovens a conversar e apresentar as suas ideias, os principais integrantes e os centros desse projeto é a palavra que pode ser concedida a esses jovens. É importante perceber que, além dos jovens participantes dos programas, temos também a participação dos moradores nas conversas, e isso pode ser crucial na hora de implementar alguma intervenção ou alguma

atividade no Fica Vivo! já que a comunidade pode trazer algumas demandas da localidade, que por vezes os gestores podem não conhecer, trazendo as melhores ações e ideias para melhor atender os jovens (MINAS GERAIS, 2021).

6.2 Programa de Mediação de Conflitos – PMC

Incorporado na política de prevenção social à criminalidade em 2005, na lei delegada 56 da Resolução 5210 de 12/12/2002 o programa Mediação de Conflitos tem como atividades, intervenções no que se refere a segurança pública e em relação a mediação por parte do Estado, de conflitos ou pequenos conflitos nas áreas em que se apresenta índices maiores de violência. O intuito dessa mediação, além de possivelmente, evitar que os conflitos resultem em violências mais graves, é o fortalecimento dos vínculos sociais que as pessoas podem ter nessas localidades. Provavelmente os conflitantes dessas dinâmicas de discussões se conhecem, e não moram muito distantes entre si. Com isso, esse programa possibilita a promoção da segurança cidadã e desdobrar situações possivelmente violentas.

Segundo o Portfólio, 2021:

“Paralelo ao contexto apresentado de implantação da política de prevenção, a metodologia da mediação de conflitos é fortalecida pelo mundo de diversas formas, já que é um instrumento que estimula pessoas no papel de protagonistas na resolução pacífica de seus diversos conflitos. Neste sentido, o Programa mediação de Conflitos inicia uma busca cada vez mais intensa sobre as diversas nuances de seu basilar, afinando o seu olhar à mediação comunitária, que fomenta a participação popular e reforça os indivíduos como mediadores capazes integrar e cooperar pela Segurança Pública com cidadania, buscando a paz social a partir do diálogo, respeito aos direitos e participação democrática.” (Portfólio, 2021 pag. 46)

É possível perceber que o Programa mediação de Conflitos envolvem muitos atores sociais em determinados conflitos nas áreas com índices de violências mais alto. Além de envolver o diálogo com os moradores de possíveis conflitos, percebesse que esse programa é constituído de uma equipe multidisciplinar, abrangendo diversas áreas, como ciências sociais aplicadas, humanas etc. Segundo Imai e Da Cruz (2009)

“O programa mediação de Conflitos tem como objetivo fundamental a prevenção à criminalidade através da utilização da técnica e dos princípios

de mediação, um método de resolução pacífica de conflitos, que prevê a responsabilização, acesso e direitos e participação comunitária, trabalhando e buscando alcançar posturas de emancipação, autonomia, responsabilização e empoderamento”. (IMAI e DA CRUZ, 2009, p. 250)

Em se tratando de comunidades em que a vulnerabilidade econômica é mais acentuada, podemos perceber que os conflitos se tornam cada vez mais constantes, seja conflitos domésticos ou mesmo conflitos em que os moradores estão envolvidos. Um dos pontos cruciais nessa mediação é a orientação em relação aos direitos dos cidadãos, isso pode possibilitar ou evitar que alguns conflitos atinjam um nível de crime. Diferentemente do que é ofertado no programa Fica Vivo!, esse projeto tem objetivos de redução tanto nos homicídios quanto na prevenção de violências mais graves nos locais mais vulneráveis, principalmente nas questões que envolvem violência doméstica, além de estimular a organização comunitária. Esse programa conta com uma equipe multidisciplinar, das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, entre analistas sociais e estagiários, assim como no programa Fica Vivo! já que esses dois programas atuam em conjunto.

6.2.1 Organização Comunitária

A organização comunitária é um dos objetivos principais do Programa Mediação de Conflitos, considerando a participação da comunidade como uma das formas de intervir nos conflitos. Isso pode se dar porque as pessoas da própria comunidade podem ter uma visibilidade mais dinâmica dos riscos e fenômenos da violência e da criminalidade, possibilitando panoramas mais eficazes na mediação. Conforme o Portfólio, a organização comunitária é composta de uma rede de conceitos e ações que são, em conjunto com os moradores de determinada região, propostas para gerar o fortalecimento e engajamento da cultura e das potencialidades de cada região, seguindo os seguintes conceitos:

- Capital Social – as relações de confiança que os indivíduos de cada localidade exercem entre a comunidade, onde fica possível a mobilização dos moradores para possíveis ações;
- Rede Social Mista – Importante maneira de intervir, junto às comunidades, colocando à frente as melhores formas de agir entre os moradores, grupos ou

entidades. É importante destacar que as relações não apresentam hierarquia, dando mais autonomia aos participantes da comunidade, gerando um sentimento e interesse compartilhado entre os participantes;

- Mobilização Social – outro fator preponderante na intervenção das mediações, é reunir os sujeitos interessados em resolver determinadas situações na comunidade e que podem ser consideradas de interesse público;
- Pesquisa-ação – Aqui, é proposto um local para debater as ideias levantadas em cada conflito, espaços de interlocução que possibilite os atores a participar das resoluções dos conflitos.

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a realização da pesquisa foram entrevistados egressos do Programa Fica Vivo! e dois dos gestores que trabalharam ou ainda trabalham no Programa. A partir disso, analisar e perceber as percepções dos jovens que passaram pelo programa e perceber os efeitos que podem ser constatados sob a ótica desses jovens. Não será citado os nomes dos respectivos entrevistados, nominando cada um a partir da relação dos nomes da Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Entrevistas realizadas por nomes a serem utilizados no trabalho.

Gestão/Participante	Nome a ser utilizado no trabalho
Gestão social do programa Fica Vivo!	Representante da Gestão 01
Gestão social do programa Fica Vivo!	Representante da Gestão 02
Oficineiro	Representante de Oficina 01
Oficineiro	Representante de Oficina 02
Participante do Programa Fica Vivo!	Participante 01
Participante do Programa Fica Vivo!	Participante 02
Participante do Programa Fica Vivo!	Participante 03
Participante do Programa Fica Vivo!	Participante 04
Participante do Programa Fica Vivo!	Participante 05
Participante do Programa Fica Vivo!	Participante 06
Participante do Programa Fica Vivo!	Participante 07
Participante do Programa Fica Vivo!	Participante 08
Participante do Programa Fica Vivo!	Participante 09
Participante do Programa Fica Vivo!	Participante 10

Fonte: Elaboração própria

Além da pesquisa que tinha um caráter mais objetivo, foram desenvolvidas conversas com os egressos e oficinairos que giravam em torno da informalidade e, a partir disso, foi possível perceber percepções que, se fosse uma entrevista mais séria e com muita formalidade, provavelmente as respostas não iriam ser espontâneas ou não seriam ditas. Diante disso, pode-se verificar as dinâmicas da criminalidade ou como a criminalidade era antes de os entrevistados participarem do Programa Fica Vivo!, considerando que, diante da territorialidade onde a

entrevistas foram feitas, a maioria dos Participantes que são egressos do Programa, já teve passagem pelo sistema institucional prisional. Alguns já passaram pelo sistema socioeducativo, outros pelo sistema prisional e alguns pelos dois sistemas.

7.1 Territorialidade e Disputas

Como princípio que pode ser usualmente usado, a territorialidade pode ser vinculada a base territorial dos estados, referindo-se à territorialidade das leis, dos espaços, normas sociais, normas legais que são impostas para um determinado grupo de pessoas. Com isso, o conceito de territorialidade refere-se às relações entre as pessoas em um determinado grupo de indivíduos, em várias localidades e regiões, expressando sentimentos de pertencimento e modos de se comportar no âmbito dos espaços em que esses indivíduos residem (Braga; Morelli; Lages, 2004, p. 6).

Nesse contexto, pelo que foi apresentado pelos entrevistados, pode-se perceber que a região analisada apresentava grandes disputas territoriais, principalmente para o tráfico de drogas. Era mais comum os homicídios há uns anos atrás, muitos jovens perderam a vida por causa dessa disputa ou eram agredidos ou baleados.

Nesse contexto, os jovens entravam em conflito muitas vezes, seja por questões econômicas, outras por questões territoriais. O Participante 08, relatou várias vezes que as brigas e disputas eram quase sempre por questões econômicas, no sentido de conseguir dominar mais territórios para ter mais vendas de drogas. Outro fator que envolvia a relação de várias pessoas era a relação de vingança que era criada a partir de um homicídio de um bairro próximo uns dos outros.

Quando perguntado a respeito dos motivos que induzem os jovens a entrar na criminalidade, considerando que o Participante 02 já passou pelo sistema prisional depois de participar do Fica Vivo, o Participante 02 respondeu:

“O viado, eu ia lá na favelinha Z, sabe por que eu entrava na favelinha Z, eu sempre assim, nunca quis guerra com ninguém, e o crime quer o quê? Dinheiro, cê caçar guerra, matar um irmãozin ali, cê vai acabar com o dinheiro de todo mundo. O crime é necessidade, os caras precisam do dinheiro. É fácil o crime? Fácil é o carai, ficar correndo de polícia todo dia” (Participante 02).

Foi possível perceber que os Participantes comentavam a questão da territorialidade pelo fato de que até os moradores ficavam receosos de passarem nas ruas dos bairros, o medo era de

algum envolvido no crime assassinar parentes de gangues rivais, vale lembrar que os bairros que tinham disputas, eram muito próximos, aproximadamente um raio de poucos quilômetros.

Um ponto importante que foi percebido é que alguns fatores influenciaram para que os homicídios reduzissem drasticamente na região analisada, um deles é o fato de que as reuniões realizadas nas oficinas do Fica Vivo! aproximaram os jovens moradores dos bairros em conflito e, a partir dessa interação, os moradores começavam a ficar mais confortáveis, já que as gangues, estavam mais próximas e participando das mesmas oficinas no Fica Vivo! param de entrar em conflitos perigosos ou mesmo homicídios.

O fator de envelhecimento também foi levantado como uma das causas de diminuição de rivalidade, os jovens mais velhos e egressos do Fica Vivo! a maioria tem filhos e é casado, ou somente casado, isso fez com que a rivalidade diminuísse, os participantes 04 e 07 compartilham dessa opinião.

A rivalidade percebida a partir das entrevistas diminuíram, porém, ela não foi capaz de fazer com que alguns desses jovens saíssem do tráfico de drogas, apenas a rivalidade diminuiu. Dentro do tráfico analisado na região, percebe-se que, um dos pontos citados por um dos participantes é o fato de ele pagar uma quantia em dinheiro para outro traficante, como se fosse um aluguel, considerando que o traficante que recebia os aluguéis era mais poderoso, seja por ter mais dinheiro ou por ter mais armas:

“Ah, mano. Cê tá ligado que nós paga o aluguel pro mano lá, já tem juma cara. Ele tá preso, mas tem que pagar senão vira bagunça de novo. Aí cada um fica na sua e vende sua droga suave, cê tá ligado.” (Participante 07)

É possível perceber que, mesmo os bairros sendo próximos, cada traficante vende algum tipo de droga, de forma que os conflitos são amenizados pelos “aluguéis” pagos. Outro fator mencionado pelo Participante 07 é a percepção de que os homicídios realmente diminuíram nos bairros vizinhos, apesar de o tráfico de drogas continuar como já estava. Outro fator que foi mencionado é em relação aos roubos e assaltos, a maioria dos participantes comentaram que esses crimes diminuíram. É importante perceber que, essa noção dos alugueis que os traficantes pagam para o traficante que tem mais poder é compartilhada por todos os jovens, alguns em maiores proporções outros menos.

7.2 Vulnerabilidade Social

Em relação aos atos crimes e desigualdades, pode-se perceber que existem vários estudos que trazem esse tema há algum tempo. HAGAN E PETERSON (1995, *apud* MENDONÇA *et al*, 2003, p. 2). asseveram que os sentimentos de frustrações que o jovem de menor renda sente ao perceber que a condição financeira de outras pessoas é maior que a sua, pode explicar um pouco os efeitos que a desigualdade exerce sobre a criminalidade. Esse autor ainda complementa que os argumentos que seguem nessa direção é que a desorganização social gerada pelas desigualdades sociais e pobreza podem reduzir os mecanismos de controle informais sobre o indivíduo, e o resultado disso seria o aumento ou atitudes criminosas (HAGAN E PETERSON, 1995 *apud* MENDONÇA *et al*, 2003, p. 2).

Este tema foi um ponto bastante comentado nas entrevistas com os jovens que já foram participantes do Programa Fica Vivo! alguns não declararam que a pobreza foi um fator crucial para início nas atividades criminosas. Muitos deles declaram que não tinham dinheiro, mas não passaram fome na vida, apenas outros produtos já faltaram, tais como roupas, sapatos, mochilas etc. Pode-se perceber na fala do Participante 02, quando foi perguntado em relação pobreza muito forte nas comunidades em que o Fica Vivo! atua.

“zé, o Fica Vivo ajudou muita pessoa sair, muita criança que tinha fome véi. Muito nego ia pra lá pro Fica Vivo! pra comer um pão com salame. Eles não tinha nem o que comer, tá ligado. Eu não, graças a Deus eu sempre, nunca faltou nada de rango pra nós não, mas muitas pessoas aí cara foi pro Fica Vivo! porque não tinha o que comer, cê bota fé? Muito nego aí do bairro X, bairro Y e bairro N que ia pra rangar. Os meninos da favelinha J ia lá pra comer, mano. (Participante 02)”

Diante das falas do Participante 02, um dos pontos principais que influenciaram os jovens a participarem do Fica Vivo! foi a condição de vulnerabilidade das pessoas nos entornos de onde o programa exercia as oficinas, era nessas oficinas que as alimentações eram realizadas, o ponto central para início na criminalidade é a vulnerabilidade social. Outros participantes também responderam a respeito da entrada na criminalidade e os resultados foram próximos ao que foi relatado pelo Participante 02. A mesma pergunta a respeito da entrada na criminalidade foi feita para o Participante 01:

“É lógico né! Tudo é dinheiro, os mano que não tem nada, não arruma um trampo, fica sem dinheiro, pensão pra pagar, cê tá ligado. Aí os cara mete a fita memo ou vai fazer outro corre! Ainda mais os mano que já tem passagem não arruma nada. Igual o mano lá, o F, tomou uma cadeiada cabulosa, mas por quê? Cê tá ligado” (Participante 01)

A maioria dos entrevistados apresentaram uma resposta positiva em relação as questões de pobreza presentes no Fica Vivo!, muitos desses egressos usavam as dependências e participavam do programa para conseguir realizar alimentações no dia a dia. Além disso, foi percebido que alguns egressos também iam para as escolas para conseguir se alimentar melhor, os programas eram apenas uma complementação da alimentação destes jovens, reforçando as condições de vulnerabilidade da região estudada.

“Mano, muito cara que eu conheço ia pra escola pra poder comer, ia na escola de manhã e comia e de tarde comia os lanche lá que os oficineiro comprava pra nós.” (Participante 03)

Já nesse relato do participante 01, percebe-se que as condições econômicas influenciam a entrada dos jovens na criminalidade e, alguns dos motivos citados é a falta de empregos para os egressos do sistema prisional, a falta de dinheiro e, em alguns casos, o sustendo dos filhos seja com pensão ou alimentos. O participante 01, citou um colega que foi preso por latrocínio, que é um dos crimes que tem uma das penas mais altas no código penal, e esse seu colega pegou muitos anos de prisão quando diz a expressão “tomou uma cadeiada cabulosa”. Conforme o Participante 01, motivos econômicos podem ter levado esse jovem a tentar roubar e acabou cometendo um latrocínio.

O participante 04, também colocou a condição econômica como um dos motivos que poderiam influenciar os jovens a entrar na criminalidade, porém, outros fatores foram levantados.

“O zé, é por causa do dinheiro também cê sabe, mas também tem que ver que as vezes os cara quer é pagar de bandidin, pagar de loco com uma arma na cintura, pegar umas muié e tal. Pagar de Whiskyzada, pá. (risos). Cê vê o mano lá o W, que dia mano, cara fei demais, o cara tava pegando umas muié só por que tava pagando.” (Participante 04)

Nesse comentário, o Participante 03 se referiu aos jovens que entram na criminalidade não apenas pelas condições econômicas, mas também por outros motivos como por exemplo, o *status* de bandido que pode ser considerado, por alguns grupos de jovens, como um fator positivo, seja pelo que os outros colegas percebem deste jovem, seja por conta de influências com as mulheres ou mesmo por conta do dinheiro. Dessa forma, o que diferencia esses jovens na comunidade são os fatores de respeito pela condição de criminoso e o poder que os jovens na comunidade podem exercer. Outra referência levantada é a questão do álcool, que pode ser entendida como uma forma de ostentação para os jovens, já que o Whisky é uma bebida

considerada como mais cara. Nesse ponto, o assunto mais percebido foi a relação de respeito que os jovens podem perceber na comunidade, isso são consequências da condição econômica e das condições relacionadas com as condições de *status* de criminoso.

Outro fator importante em relação à vulnerabilidade é a questão da família desses participantes, já que se pode considerar a família um dos pontos principais na educação desses jovens, como podemos perceber nas falas dos gestores envolvidos:

“No geral os meninos têm muitos conflitos com a família, às vezes eles chega e fala: Ah, não converso com minha mãe, com meu com meu pai, ah a gente tem um histórico de...meu pai é usuário, minha mãe alcólatra, ah minha irmã já foi presa, meu irmão é um dos chefes daqui. A gente tem vários perfis, né. E na maioria dos casos são os adolescentes que tem o vínculo rompido ou fragilizados com a família, sabe. E eles veem na gente, enquanto educador, enquanto oficinairo, enquanto analista, eles veem na gente uma certa amizade, uma certa confiança de dizer. Muitas coisas as vezes está pra acontecer, a gente fala ó, fulano ta sofrendo ameaça, e as vezes nem a família sabe, aí ele chega tendo essa confiança na gente, e ai a gente tenta mediar de alguma maneira.” (Gestão 01)

7.3 O Fica Vivo! como Forma de Prevenção

Quando os entrevistados foram questionados a respeito do Programa Fica Vivo, e a relação com a entrada ou reincidência de atos criminosos, alguns disseram que o Fica Vivo! teve uma grande participação nessa prevenção, outros percebem ideias diferentes.

“Foi não viu mano, cê tem que ver que nos tudo tá velho, já passou essa fase de ficar aí trocando tiro com os zoto e pagando de pá. Todo mundo com fi nas costas, fazer uns corre, cê tá ligado. Iih mano, hoje em dia tá tudo apaziguado aí nos bairros tudo, todo mundo suave, quando um pega pra saravar o outro aí nem é por causa de guerra não, é outras coisa. O mano lá, XX (traficante) paga aluguel YY lá pra vender as drogas aí, ce tá ligado!” (Participante 04)

Esse participante não considera que o Fica Vivo! tenha sido um fator que influenciou na diminuição da criminalidade, coloca outros fatores como responsáveis, como por exemplo, a condição de ter atingido uma idade mais avançada, a condição de ter constituído uma família ou mesmo filhos. Outro ponto abordado foi a questão de as vendas de drogas no território analisado ter passado por um domínio e poder de outro traficante do bairro vizinho, que tinha uma fama de ser um traficante mais poderoso, seja por causa de maiores e mais armas ou mais

poder econômico, ou seja, o traficante do bairro analisado paga uma porcentagem dos lucros com as vendas de drogas para manutenção da ordem e paz nos bairros vizinhos, evitando possíveis conflitos. Quando os bairros estavam em conflitos com outro bairro de uma mesma região, os jovens e moradores dos bairros em conflito ficavam com receio de frequentar esses bairros por medo de entrar no meio do conflito.

Já um outro entrevistado, o Participante 05, acha que o Fica Vivo! ajudou na prevenção de muitos homicídios dos jovens daquela região. Um dos pontos importantes relatados pelos participantes é que o Programa Fica Vivo! ajudou na diminuição da criminalidade a partir de interações entre os participantes de bairros próximos que até então, apresentavam conflitos por causa de tráfico de drogas e por causa de homicídios anteriores. Esses participantes ao fazerem interações no programa, já que o programa trabalhava com moradores de todos os bairros, começavam a se entender e a permitir que os moradores transitassem por outros bairros além daquele do domicílio, o que não acontecia anteriormente. Há uns anos, os moradores dos bairros próximos da região analisada tinham receio de transitar pelos bairros, isso com o tempo foi dando uma amenizada e a região foi ficando mais calma em relação aos moradores.

“ihh mano, altos menino aí que se não tivesse o fica vivo! nem tava aí não, já tinha morrido já. Querendo ou não nós fragava os mano dos bairro tudo né zé, ce tá ligado, altas oficinas, zé. Aquele menino lá, o F, o L, o P, a maioria dos menino ali da favelinha S já tinha morrido já” (Risos) (Participante 05)

Esse participante considera muitos jovens não foram mortos porque passaram pelo Programa Fica Vivo!, também corrobora a ideia de que muitos iam para comer, reforçando a vulnerabilidade da região em relação a questões econômicas. A maioria dos participantes entrevistados consideram o Programa como um fator que diminuiu a criminalidade na região, principalmente na última década, antes desse período havia mais homicídios e brigas entre gangues. A maioria dos entrevistados considera que o Fica Vivo! contribuiu para a diminuição da criminalidade na região analisada, isso a partir de oficinas, proximidade entre os moradores, e possíveis relações sociais que o programa oferta.

“Todos os meninos que iam lá, eram bons. Lá dentro do Fica Vivo! era todo mundo de boa, proporcionava que muitos meninos de vários bairros pudessem interagir entre si e virarem amigos. Além disso, eles aprenderam muitas coisas como: Futebol, grafite, oportunidades, empreendedorismo, e outras coisas que podem ajudar no desenvolvimento desses jovens e desviá-los da criminalidade” (Oficineiro 01)

Um dos gestores foi questionado a respeito da questão da diminuição da criminalidade, já que as taxas de homicídios estão caindo ao longo dos anos, porém, essa afirmação foi evitada considerando que para se avaliar essa afirmação existem muitas outras variáveis envolvidas, mas com as atividades desenvolvidas, alguns efeitos positivos podem ser percebidos e são muito importantes para os jovens.

“Agora a questão da diminuição da criminalidade eu acho muito difícil dizer, é uma política que é eficiente e eficaz, mas não posso afirmar que diminui, mas esses jovens ter esse contato com a gente, esse vínculo, essa confiança com a gente, vim participar, o tempo que eles estão aqui já dão uma outra dimensão dos riscos da criminalidade.” (Gestor 01)

7.4 Profissão e a Relação com O Fica Vivo!

Um dos pontos levantados pelos oficinairos e por alguns participantes é que os jovens, além de comer e praticar esportes, aprendiam uma profissão que poderia ser o início de uma atividade profissional. Uma das profissões mais mencionadas pelos participantes foi: Grafite, pintor e cabelereiro. Pelo menos 4 dos entrevistados trabalham com as profissões desenvolvidas no projetos do Fica Vivo!.

“Eu aprendi a cortar cabelo lá, mano. Por isso que eu tenho meu salão hoje em dia, agora só continuar e fazer os cursos pra evoluir. Ah, aquele Participante 08 também corta cabelo, a primeira máquina de cortar cabelo que ele ganhou foi o Oficinairo 02 que deu, ele já ficou animado” (Participante 07)

É importante perceber que os próprios oficinairos trabalham e gostam de proporcionar condições positivas para o desenvolvimento dos participantes do Programa, os quais são da mesma região. Pode-se perceber na fala do Participante 07, que além da profissão aprendida no programa há o interesse em continuar fazendo cursos para aprimorar as condições profissionais, ponto bastante positivo. Em relação aos oficinairos, esses são pessoas conhecem a comunidade, como é descrito por um dos gestores do programa Fica Vivo!:

“A questão dos oficineiros, a gente busca até mesmo alguém da comunidade, que já conhece o território, conhece os meninos, já tem um vínculo ali,

comunitário, que cresceu ali na comunidade. Muitas vezes os oficinairos são pessoas que passaram pelo próprio programa. Ai hoje eles vêm coloca a sua arte pra colaborar nas oficinas e já tem um histórico bacana com a gente, assim né, que já passou pelo programa. Eu acho que trazer um estranho para a comunidade é um pouco estranho, então trazer um que já tem vínculo é um ponto bem importante.” (Gestão 02)

7.5 Fica Vivo! em Relação as Drogas

O uso de substâncias entorpecentes constitui um problema relevante nas sociedades contemporâneas, tendo em vista os efeitos e em alguns casos de saúde pública, além efeitos negativos considerando o tráfico de drogas. MIGOTT 2008 *apud* SILVA, 2014 afirmam que a maioria dos países apresentam uma usabilidade considerada de substâncias psicoativas, e no Brasil esse cenário não é diferente, as mais usadas são álcool e o tabaco.

A dependência química pode ser resultante de um conjunto de sistemas de aprendizagem, no qual os cérebros humanos percebem os efeitos satisfatórios psicoativos que causam uma sensação de recompensa e tornam provável a reutilização das substâncias. Deste modo, a dependência tem relação com as sensações de recompensa, já que a interrupção dessa sensação pode causar desconforto da abstinência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2014 *apud* SILVA, 2014).

Na região analisada, as drogas mais consumidas pelos jovens entrevistados são: álcool, tabaco, maconha e a cocaína. Essas drogas são aceitas socialmente pelos moradores, até aquelas que são consideradas ilícitas, com exceção da cocaína a qual não é bem aceita por todos. Constatou-se que a maioria dos entrevistados não possuem o ensino médio completo, fundamental foi o mais citado, além de a maioria apresentar problemas familiares, normalmente os pais com problemas com álcool.

Em relação aos participantes do Fica Vivo! a maioria dos entrevistados relataram que utilizam drogas ilícitas, como maconha e cocaína, e drogas lícitas como álcool e tabaco.

“Ah mano, todo mundo lá usa droga, direto nós já saía do futebol e ia pitar um chá.” (Participante 08)

Nas conversas verificou-se que o uso de maconha pelos egressos não era considerado como uma coisa ilícita, apesar de ser, todos tratavam “pitar um chá” como uma atitude social completamente aceita na comunidade. O fato é que a comunidade já aceita o uso de maconha

sem nenhum tipo de discriminação, já que além dos egressos muitos outros jovens também fazem uso da droga.

O Programa Fica Vivo! apresentava palestras de prevenção às drogas junto com orientações que os gestores organizavam para os jovens. No entanto, essas palestras não foram eficazes para afastar esses jovens de usar as substâncias entorpecentes, a maioria dos jovens relataram algum tipo de vício em relação a algumas drogas. É importante frisar que o programa Fica Vivo! não tem como prioridade a prevenção às drogas, mas sim a prevenção de homicídios

Uma das gestoras relata que não é permitido o uso das drogas nos estabelecimentos em que o programa exerce suas atividades, mas que nessa região isso acontece muito.

“Em relação as drogas, não é permitido o uso de drogas, mas a gente sabe, eles chegam com cheiro de maconha e tal, mas a gente fala, quando tiver vindo pra oficina vamos evitar, né. A gente não pode querer impor para eles não usarem drogas, ainda mais com essa guerra contra as drogas, de legalização ou não que a gente já tem aí, sabe. A gente sabe que a maioria faz uso sim de algum tipo de droga ilícita, são pessoas periféricas, a maioria negras e pobres, pobres mesmo, sabe. Tem essa questão da vulnerabilidade, habitação precária, falta emprego, sabe. Falo também da questão do primeiro emprego, da profissionalização desses jovens. Isso que nós fazemos aqui é só uma parte, mas tem vários outros setores que podem ajudar nisso.” (Gestor 02)

Alguns fatores são importantes para as definições do uso de drogas pelos jovens e as prevenções a serem propostas, devem ser levadas em consideração que os jovens, além de uma condição em desenvolvimento, participam de processos sociais que podem ajudar a construir a sua personalidade. Isso pode ser de amigos, moradores e outras pessoas que fazem parte do convívio dos jovens. Todos participamos ou somos de um determinado grupo social, isso pode induzir as ações das pessoas, caso um jovem de uma comunidade muito carente tenha muitos amigos que usam drogas, por exemplo, tem maiores chances de fazer uso em conjunto com o grupo. Como o próprio Participante 08 disse, assim que o futebol acabava, saíam para fazer uso de maconha.

7.6 Os Esportes e o Programa Fica Vivo!

O esporte pode ser considerado como uma manifestação cultural de grande relevância para as pessoas, principalmente, aquelas que estão em algum tipo de vulnerabilidade social.

Todos os participantes, sem exceção, relataram que um dos motivos principais para a interação com o Programa foi a realização de oficinas que trabalham esportes com os jovens. Os jovens gostavam de ir jogar futsal nas oficinas do Fica Vivo! e acabavam participando das palestras e possíveis atividades ou palestras que eram oferecidas nas dependências do Programa. “Ah zé, eu ia lá pra jogar bola mesmo, era daora. Tinha nada pra fazer mesmo, aí nos tudo colava lá na escola X pra jogar lá na quadra.” (Participante 09)

Nesse contexto, o esporte entra como uma parcela educadora para a formação desses jovens seja para fins educacionais, de lazer, competição, desenvolvimento de habilidades no esporte ou mesmo entretenimento. Sabe-se que o esporte é um fenômeno social e cultural que pode fazer com que os jovens não vejam a criminalidade como únicas possibilidades, e isso pode distanciá-los das atividades criminosas, considerando outras manifestações, assim como uma vida mais ativa e saudável (LÍVERO, 2022). Além disso, as práticas esportivas podem reduzir as vulnerabilidades sociais, já que os esportes oferecidos são ofertados a todos os jovens, possibilitando funções primordiais para o pleno exercício da cidadania, inclusão social e formação profissional aos jovens, em alguns casos.

Segundo o Instituto BH Futura, o qual já tem essa vertente social no meio esportivo, considerando os resultados que ações voltadas ao esporte podem proporcionar, a realidade de uma região carente carece de algumas opções. Por vezes, as comunidades tem pouco acesso aos itens que parecem básicos, falta investimentos governamentais para algumas políticas públicas etc. Considerando os resultados positivos que o esporte pode trazer para as pessoas nas comunidades:

- O esporte impacta no bem-estar das pessoas nas comunidades mais carentes, aumenta a auto estima, promove sensação de felicidade, diminui os riscos de depressão e permite diminuição dos níveis de ansiedade que, apesar de ser pouco relatada, é um grande problema nas regiões mais vulneráveis economicamente.
- É válido perceber que muitos atletas saem das favelas e se destacam no mundo esportivo, o que não seria possível caso não houvesse esse estímulo. Muitos atletas que saíram de comunidades carentes motivam muitos jovens.
- Algumas pesquisas relatam a diminuição da violência em locais nos quais foi implantado locais que o esporte seja uma realidade, isso diminui as chances de um jovem se associar ao crime, assim como promove mais interações positivas entre os moradores da comunidade. É o caso também do Programa Fica Vivo! que oferece aos seus participantes opções de esportes nas Unidades de Prevenção à criminalidade.

7.7 A Comunidade em Relação ao Racismo

Como percebido, a relação racismo está sempre presente na sociedade contemporânea, assunto esse que vem sendo discutido desde a colonização. Conforme dados do IBGE, a população da região analisada, que se autodeclara preta ou parda corresponde a 54% da População, além disso, os que se autodeclaram brancos, estão em regiões mais desenvolvidas, possuem condições econômicas melhores, percentual de desempregados menores, e são os que mais têm acesso à educação.

Segundo dados do IBGE, a população do município no qual realizou-se a pesquisa, apresentou 54% de pessoas que se auto declaram pretas ou pardas, já a população que se auto declaram brancas, corresponde a um percentual de 33% da população total do município respectivamente. O impacto dessa discrepância pode causar desigualdades em muitas outras áreas sociais, como por exemplo, taxas maiores de crimes sobre as pessoas negras ou pardas, os índices educacionais, acesso aos serviços públicos entre outros.

Diante disso, é possível perceber que a população negra e parda é a que possui a maior parcela de pessoas na região analisada, a maioria dos participantes e moradores se encaixam nesse perfil. É possível perceber nas entrevistas, que os participantes não sentem o incômodo do racismo entre eles ou mesmo entre a comunidade, os participantes moradores das comunidades, muitas vezes ainda na criminalidade, não observam as relações das pessoas na comunidade a partir de uma ótica racial ou preconceituosa. Foi explicada para os participantes a diferença do racismo e da injúria racial, já que algumas vezes eles usam palavras indicando a cor de alguns amigos, mas nunca é com a intenção de ofender o outro.

Segundo Da Silva e Saldanha (2020), as duas concepções possuem semelhanças nas suas grafias e em suas aplicações, nas percepções sociais populares, esses dois institutos são iguais na sua classificação. No entanto, há de se perceber distinções entre eles, a injúria racial está tipificada como uma qualificadora do crime de Injúria, Art. 140 § 3º no título I, capítulo V da parte especial do Código Penal Brasileiro. “Assim, estabelece este dispositivo que, caso o crime de injúria tenha cunho racial, será cominada pena, para o infrator, de reclusão de um a três anos e multa”. Nesse caso, esse delito entrou na gama de crime de ação penal pública incondicionada, essa por sua vez, a vítima precisa se deslocar a delegacia e fazer as

representações necessárias para que o ofendido seja punido. Como exemplo de injúria foi citado o fato de chamar outras pessoas de “neguin”, “preto”, “macaco” com intenção de ofender alguém, é importante ressaltar que brincadeiras de cunho racial são frequentemente percebidas na região analisada. Essas brincadeiras entre os membros da comunidade não têm a intenção de ofender, na maioria das vezes a intenção é só brincar. Logo depois dessa explicação o participante 08 respondeu:

“(Risos) ah zé, se isso fosse racismo tinha que prender o Z, aquele macaco me chama de preto direto (risos), mas é na zuera, cê tá ligado. Mas da nada não, mando ele se fuder e é isso memo, mano meu ele.” (Participante 08)

Já em relação ao racismo, foi explicado que consiste em discriminar outros grupos de pessoas baseando-se na hierarquia entre grupos humanos, definindo alguns desses grupos humanos, superiores a outros grupos, ou seja, há pessoas superiores a outras na sociedade. Essa superioridade pode ser baseada em critérios de bases científicas, sociais, culturais ou religiosas.

“Ah para, mano. Tem nada disso não, tem ninguém melhor que ninguém não, fi. Cê doido. Só porque o cara tem uma condiçõzinha melhor, pá, o cara é melhor que nois. Nada disso, cada um com a sua caminhada e com seu desembolo. Não sou melhor que ninguém, mano, e ninguém é melhor que eu, os cara pode ter mais dinheiro” (Participante 02).

“vi nada disso, vi ninguém tirando ninguém não. Superior como assim, de ser melhor. Comigo nunca rolou não. (Participante 09)

Continuando a conversa depois do comentário, o crime do racismo implica em discriminar algum grupo de pessoas, como por exemplo, não deixar alguém de cor negra entrar no restaurante popular para almoçar apenas pela condição de ser negro, exemplo citado porque o restaurante popular que tinha na região era frequentado por muitos participantes e para melhor entendimento do entrevistado.

“Paia demais, mano. Cara fazer isso comigo ou com minha mãe eu pego ele de taca rápido. Lá memo. Ce doido, só porque o cara é preto o cara não vai rangar, onde cê viu isso.” (Participante08)

“Também nunca vi isso não, eu comia lá direto, mas nunca fraguei essa cena aí não. Todo mundo ia e comia e ficava de boa. Tinha uns que até repetia, e não pode.” (participante 08)

No que se refere ao comentário do participante 08 acima, o Participante mostra repúdio ao comportamento racista e, caso presenciasse algum tipo de algum comportamento desse tipo, ele iria as vias de fato com o possível agressor.

É importante frisar que o crime de racismo é um crime com uma qualificação maior que a injúria racial e, conseqüentemente uma pena mais grave, além de ser incondicionada a representação do ofendido, o próprio ministério público pode seguir com a ação penal pública incondicionada por legitimidade unilateral.

“tem quer ser pior mesmo, mano. O cara pagar de doido desse jeito aí dá não” (participante 08)

Diante das respostas dos entrevistados da região analisada, muitos não sabiam diferenciar o racismo da injúria racial, além disso, o próprio racismo não era percebido pelos participantes como de fato era as classificações formais do crime de racismo. Outro ponto que foi percebido nos comentários feitos pelos Participantes é que o racismo não acontece nas comunidades, eles não possuem um olhar sobre as segregações que o racismo pode causar. Quando a pergunta do racismo foi direcionada para participantes que ainda estão na criminalidade, mais especificamente no tráfico, eles também disseram não se importar com a cor, apenas com as atitudes de cada envolvido nos tráficos, traficantes e usuários, nos bairros localizados na região analisada.

“há deixa de ser feio, mano. Tem nada disso não, cê acha que se o cara ramelar e for branco não vai tomar uma massagem? Branco ou preto, ramelou não tem nem conversa. Aquele mano lá o y, ce tá ligado, ramelou na questão lá os cara ia catar ele, ele deu sorte que saiu vazado da quebrada, senão tinha ido tody. E nem cola aqui mais não.” (risos) (Participante 10)

Nesse comentário, o participante 10 menciona que a atitude dos moradores da favela tem que condizer àquelas socialmente impostas pela comunidade, “ramelar” nas falas da comunidade, significa errar, agir em desconformidade as atitudes socialmente impostas pela comunidade da região.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das percepções dos egressos do Programa Fica Vivo! e do programa em si, pode-se perceber que os dados da criminalidade vêm mudando ao longo dos anos. Os próprios entrevistados que passaram pelo programa, consideram, pelo menos em sua maioria, que as atividades realizadas no programa Fica Vivo! são importantes para a diminuição da criminalidade na região analisada. Podemos perceber que nos anos em que ocorreram as maiores taxas de crimes como homicídio e roubos, foram os anos em que menos pessoas participavam do programa. É possível perceber que alguns dos entrevistados não percebem a criminalidade sendo atenuada pelas atividades desenvolvidas no programa, alguns apontam que a criminalidade pode ter sido diminuída por outras questões, como por exemplo, a questão da formação de família por muitos participantes, a idade mais avançada e a organização dos territórios pelos próprios moradores e pessoas envolvidas. Um dos gestores traz a seguinte fala:

“Eu acho que, quando se desenvolve esse tipo de trabalho na comunidade, a gente percebe que a comunidade precisa desse tipo de intervenção, né. Então as unidades estão nos territórios que necessitam de intervenção, né. É possível perceber que, não vou te dizer que diminui, mas é possível perceber uma diferença de cenário, sabe, desde antes da implementação da unidade aqui no território, e a partir do momento que a gente vê aí, não posso dizer que diminuiu, exclusivamente por conta da Unidade, mas a mudança de cenário é perceptível.” (Gestão 01).

Interessante perceber que a mudança de cenário é percebida de forma clara pelos gestores, já que eles moram na região há alguns anos, já perceberam os conflitos que aconteciam na região analisada.

Um dos fatores positivos observados nos comentários dos entrevistados é o vínculo que a UPC consegue estabelecer com a comunidade, como relatado pelos gestores, a comunidade cria uma relação de confiança com os moradores da região, como explica um gestor desta UPC, “Por exemplo, aqui nós conseguimos perceber e fazer algumas mediações com os adolescentes, se o adolescente tá correndo algum risco, aí conseguimos estabelecer esse diálogo, e pra isso precisamos da confiança deles na gente e a gente neles.” (Gestão 01)

É difícil dizer que o Programa Fica Vivo! por si só diminuiu a criminalidade, mas os pontos positivos devem ser levados em consideração como a proximidade com a comunidade, a coesão estabelecida entre os jovens da comunidade. Muitos jovens de outras regiões se conhecem nas oficinas e isso contribui para a diminuição dos conflitos por territórios que é percebido nas regiões em que existe muito tráfico de drogas. Outro ponto importante é o fato

de que a criminalidade, mais especificamente, homicídios e roubos, estão diminuindo ao longo dos anos, seja por conta do Programa Fica Vivo! e outros programas de prevenção criminalidade ou por outros fatores.

Outro fator a ser explorado é o fato de a criminalidade ter uma diminuição considerada já que os territórios em que haviam brigas de gangues começaram a se entender e se organizar, cada bairro ou comunidade tem os seus espaços de venda de drogas nos seus territórios. Vale ressaltar que, esses territórios são próximos uns dos outros, mas mesmo assim, os conflitos que ocorriam e que resultaram em homicídios, não acontecem mais com frequência. Alguns participantes relataram que as oficinas no Fica Vivo! foram um fator relevante para que os envolvidos no tráfico ou na criminalidade ou mesmo moradores dessas regiões, até então em conflito, se aproximassem uns dos outros e ter uma relação sem conflitos mais graves.

Diante do trabalho, pode-se perceber alguns fatores que são positivos para as pessoas que moram nessas comunidades, diante das percepções dos participantes desse trabalho, é possível perceber direções de políticas públicas que possam contribuir, positivamente, com a diminuição de ocorrências de crimes em regiões mais vulneráveis à criminalidade, como por exemplo, a formação profissional que alguns jovens adquiriram e a coesão social a partir do esporte que era praticado dentro das oficinas do Fica Vivo!.

9 REFERÊNCIAS

- BRAGA, Cristiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícios Nobre. **Territórios em Movimento: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará Editora. 2004
- BRASIL, **Conceitos Fundamentais ano 2014 – Pontos de partida para uma Reflexão sobre Políticas Públicas**. IPEA 2014 Disponível em: <
- BRASIL. Atlas da Violência 2018. POLÍTICAS PÚBLICAS E RETRATOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/2232-3059-2049-7208-180614atlas2018retratosdosmunicipios-1.pdf> Acesso em: 05/11/2022
- BRASIL. Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm> Acesso em: 27/07/2022.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Acesso em: 10/07/2022.
- DA SILVA, Jardel Marcos; SALDANHA Portilho. **Racismo e injúria racial: formas distintas de discriminação, enraizadas no preconceito**. Jus.com.br. 2020. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/86527/racismo-e-injuria-racial-formas-distintas-de-discriminacao-> enraizadas-no-preconceito> Acesso em: 04/11/2022
- DE OLIVEIRA, André Luiz Sá; LUNA, Carlos Feitosa; SILVA, Maria Gabriela Pacheco. **Homicídios do Brasil na última década: uma revisão integrativa**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TkBkPDsPxpVXbNSYTXmvNYx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 18/08/2022
- DE PAULA, Érica Maria Sturion. **Penas Alternativas**. Direitonet, 2007. Disponível em: <
<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3893/penas-alternativas>> Acesso em: 05/11/2022
- DUTRA FREIRE, M. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/54>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli Fernandes; ENDLISC Ângela maria. **Sentimento de Insegurança Urbana nas Pequenas cidades Brasileiras**. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820374.pdf> Acesso em: 01/09/2022.
- FREITAS, Alexandre Mario. **Juventude e vulnerabilidade social nos territórios urbanos: uma análise das juventudes em territórios urbanos vulneráveis da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2017. Disponível em:
 <<http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2206/1/Juventude%20e%20vulnerabilidade%20social%20nos%20territ%C3%B3rios%20urbanos>> Acesso em: 13/07/2022.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Carlos Eduardo; EVANGELISTA, Thamirys Figueiredo; LIMA, Renata Lemos; PARRÉ, José Luiz. **Determinantes do crime nos municípios de Minas Gerais e seus possíveis spillovers espaciais**. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Renata-Lemos-Lima/publication/320676042_Determinantes_do_crime_nos_municipios_de_Minhas_Gerais_e_seus_possiveis_spillovers_espaciais/links/5d9de0d0299bf13f40d0c43a/Determinantes-docrime-nos-municipios-de-Minas-Gerais-e-seus-possiveis-spillovers-espaciais.pdf Acesso em: 27/06/2022

GROPPO, Luís Antônio. **Juventudes e Políticas Públicas: comentário sobre as concepções sociológicas de juventude**. 2017 Disponível em: < https://web.archive.org/web/20180508065103id_/http://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/v14/n14a02.pdf > Acesso em: 17/11/2022

GUEDES, Déborah Carvalho. **O Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!: uma análise de seu Eixo de intervenção Estratégica**. 2017. Disponível em: <http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2366/1/O%20programa%20de%20controle%20de%20homic%3%addios%20-%20fica%20vivo%21%20%20uma%20an%c3%alipse%20de%20seu%20eixo%20de%20interven%c3%a7%c3%a3o%20estrat%c3%a9gica.pdf> Acesso em: 18/08/2022

HENRIQUE, Ricardo; SILVA, Jaílson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. **Políticas Públicas no Território da Juventude**. Disponível em: <<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/04/politicas-publicas-no-territoriadas-juventudes.pdf> > Acesso em: 27/11/2022

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Características étnico-raciais da população municipal. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 04/11/2022

IMAI, Caroline Akemi Pinheiro; DA CRUZ, Giselle Fernandes Corrêa. **Olhares Sobre à Criminalidade**. Seção 4. Belo Horizonte, 2009 Disponível em: < <https://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/c662f0193ad36fac4399633c03c86c52.pdf> > Acesso em: 17/11/2022

INSTITUTO BH FUTURO. **Esportes em comunidades carentes – A importância social** 2022. Belo Horizonte. Disponível em: https://institutobhfuturo.com.br/esportes-em-comunidades-carentes-a-importancia-social/?gclid=Cj0KCQiA4uCcBhDdARIsAH5jyUmL2fxJpKhLoA5vs6xBwcakSIQDmz6DRrsMTceNpbTaK8GbfX_5nkaAhuleALw_wcB Acesso em: 17/11/2022

LÍVERO, Crhistina Silvestre. **Prevenção de atos infracionais por meio dos esportes**. Disponível em: <http://www.scienciageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/386/310> Acesso em: 05/11/2022

LOUREIRO, André; CARVALHO, José Raimundo. **Os impactos dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil**. 2006. Disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1039/1/2007_CapLiv_aloureiro.pdf Acesso em: 15/06/2022

LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel. Centro de Estudos Judiciários - **Violência, criminalidade e sentimento de insegurança**. Separata da Revista textos n. 2. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1996, p. 45-64.

MAIA, Aline. **Quem é jovem?** ACESSA.com, 2013. Disponível em: <
<https://www.acesa.com/direitoshumanos/arquivo/cidadania/2013/05/07-quem-e-jovem/>>.
 Acesso em: 27/07/2022.

MENDES, Igor Adolfo Assaf *et al.* **Olhares Sobre à Criminalidade.** Belo Horizonte 2009
 Disponível em: <
<https://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/c662f0193ad36fac4399633c03c86c52.pdf>>
 Acesso em: 17/11/2022

MENDONÇA, Mario Jorge Cardoso De; LOUREIRO, Paulo Roberto Amorim; SACHSIDA, Adolfo. **Criminalidade e desigualdade social no Brasil.** Rio de Janeiro 2003 Disponível em:
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/45815097/TD_967-libre.pdf?1463781554=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DCriminalidade+e+desigualdade+social.pdf&Expires=1670940236&Signature=A3PGCPfrRPbBNcAml8UzVR~eYk2PxI~T7RCvXwr1MOLc84y1efftQMvr3~~MtpXpg7GI~fBPcqnJZSCQXvRcvy3PV3AR0KF3J7x4NEMyYCBCQVH4aqcFJVeZnfntwXvh-e0xcdWEHCsrzOsBovYfl8xEChfMXnB7ReTCA5fl~srnEKaAO0-OI4Ow0RTmDXaXVupcQqnh71stMTVfzIAMODRKgSRHwMtEc-jVZ2udm5AsyoLFtyGEEptm8DGOHBzs~z7Ub~iJsQc8Re4zOHhQpwQjwdbC4s0~U10T49EeCaZVRZ9nQtNyfq7UXSElIm0dTqbzSkM8XR0537ZeUDS6w_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA Acesso em 17/11/2022

MINAS GERAIS. **Portfólio política de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais.** 2018. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2021/Abril/Portflio%20-%20Preveno%20Social%20%20Criminalidade%202021.pdf> Acesso em: 05/11/2022

MIRANDA, Débora Silva de. **O papel da política de prevenção à criminalidade para o alcance da segurança cidadã: estudo de caso dos programas de base local do Governo do Estado de Minas Gerais.** 2015. Disponível em: <
<https://drive.google.com/file/d/1kQU017PIxLG1SbwZP1fjs8JsHgdK3BCS/view>> Acesso em: 18/08/2022.

NOGUEIRA, Otávio Mariâni *et al.* **Olhares Sobre à Criminalidade.** Belo Horizonte 2009
 Disponível em: <
<https://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/c662f0193ad36fac4399633c03c86c52.pdf>>
 Acesso em: 17/11/2022

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência.** Genebra 2002.
 Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>
 Acesso em: 05/11/2022

PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas; AZEVEDO, João Pedro. **Avaliação do programa Fica Vivo! no Município de Belo Horizonte.** 2007. Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Joao-Pedro-Azevedo-3/publication/4732649_AVALIACAO_DO_PROGRAMA_FICA_VIVO_NO_MUNICIPIO_DE_BELO_HORIZONTE/links/0c9605282040de281a000000/AVALIACAO-DO-PROGRAMA-FICA-VIVO-NO-MUNICIPIO-DE-BELO-HORIZONTE.pdf Acesso em: 05/11/2022

PREVENÇÃO PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA DO CRIME. Emagis Cursos Jurídicos, 2022. Disponível em: <
<https://www.emagis.com.br/area-gratuita/que-negocio-esse/prevencao-primaria-secundaria-e-terciaria-do->

[crime/#:~:text=A%20preven%C3%A7%C3%A3o%20prim%C3%A1ria%20tem%20como,problema%20antes%20que%20ele%20apare%C3%A7a.>](#) Acesso em: 23/08/2022

SALES, Rafael dos Santos. **O que é prevenção social ao crime e à violência?** Oxy.social, 2019. Disponível em: < https://oxy.social/o-que-e-prevencao-social-ao-crime-e-a-violencia/#_ftn10 Acesso em: 25/08/2022

SANTOS, Alexandre. **Gestão de Políticas Públicas de Segurança: princípios da polícia cidadã.** (Curso de Especialização em Gestão Pública) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2019

SHIRLEY, Alexandra Ferreira. **Implementação do programa Fica Vivo!: instituições, atores e contextos.** 2012. Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35684/4/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Shirley%20Alexandra%20Ferreira_abril_2021.pdf Acesso em: 05/11/2022

SILVA, Cassia Maria Da. **O uso de drogas na adolescência: identificação de estratégias e proposta de prevenção.** 2014. Disponível em: < <file:///C:/Users/x14916042/Downloads/CASSIA-MARIA-SILVA.pdf>> Acesso em: 18/10/2022.

SILVEIRA, Andréa Maria. **Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte.** 2007. Tese (Doutorado) – Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, Telles Andrade de. **A Implementação da política estadual de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais: Paradigmas, Coalizões e Incrementalismo.** 2016. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro. Minas Gerais, 2016.

SPANIOL, Marlene Inês. **Políticas Municipais de Prevenção à violência no Brasil. Desafios e Experiências no campo da Segurança Pública.** 2017. EdiPUCRS Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1MjC_g87pJJq7hIOE2GG3k4ArztlLKcXL/view Acesso em: 23/08/2022

UNESCO. Juventude no Brasil. Brasília. 2017 Disponível em: < <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/youth-brasil>> Acesso em: 18/10/2022

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas. 2014.

APÊNDICE A – Questões apresentadas aos egressos do programa Fica Vivo!

1. Qual a trajetória profissional/acadêmica?
2. Como foi a passagem pelo fica vivo?
3. O fica vivo! Ajudou na compreensão da criminalidade, seus efeitos e os riscos?
4. O que mais chamou a atenção/gostou de fazer no Programa Fica Vivo!
5. O fica vivo mantém diálogo com as pessoas da comunidade?
6. Você indicaria o fica vivo para um irmão o ou outro familiar?
7. Como você percebe a atuação do GEPAR (Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco).
8. Quais os motivos que levam os jovens a entrarem na criminalidade?
9. Tem acesso a serviços básicos, como saúde, educação, moradia?
10. Qual a profissão que deseja seguir?
11. Pretende fazer algum curso profissionalizante, faculdade ou outro?
12. Sofreu ou presenciou algum tipo de preconceito racial na comunidade?
13. Como você percebe a realidade da comunidade em relação ao FV!?
14. Acha que o FV! Foi ou é responsável pela diminuição da criminalidade?

APÊNDICE B – Questões apresentadas aos gestores do programa Fica Vivo!

1. Qual a formação acadêmica?
2. Quem que são os destinatários desse programa?
3. Perfil dos participantes, sexo, idade, passou pelo sistema? Pode ser o perfil majoritário, por exemplo.
5. Percebeu alguma diminuição da violência nos entornos da comunidade após o Programa Fica Vivo!?
6. Como é a relação dosicineiros com os participantes? Como é feita a seleção dosicineiros?
7. Os participantes tem uma boa relação com os familiares?
8. Os participantes têm acesso aos serviços básicos de saúde, moradia, educação, lazer?